

Projeto de Agricultura Familiar e Reforma Agrária

AGRICULTURA FAMILIAR E REFORMA AGRÁRIA

Buscando as Raízes



Presidente da República

Fernando Henrique Cardoso

Ministro do Desenvolvimento Agrário

José Abrão

Secretário Executivo do MDA

Francisco Orlando da Costa Muniz

Secretário da Agricultura Familiar

Gilson Alceu Bittencourt

Gerente do Pronaf

Reinaldo Pena Lopes

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Data ____/____/____
Cod. 2341

Buscando as Raízes

AGRICULTURA FAMILIAR E REFORMA AGRÁRIA



BRASÍLIA, JULHO DE 2002

Buscando as Raízes:

Agricultura Familiar e Reforma Agrária

Ministério do Desenvolvimento Agrário
Programa Nacional de Fortalecimento da
Agricultura Familiar - Pronaf

Coordenação Geral – MDA/SAF/PRONAF

Fani Mamede
Iracema Cavalcante de Paula
Reni Antonio Denardi (coordenador da equipe)
Tânia Maria de Melo

Colaboração

Valéria Tavares Rabelo – Comunicação/SAF

Apoio

Pnud - Projeto BRA/98012

Coordenação de Elaboração

Cláudia Dansa
Helana Freitas
Laís Mourão Sá

Produção de Texto

Cláudia Dansa
Cristina Leite
Eliana L. C. Ramirez Abrahão
Helana Freitas
Izabel Zaneti
Laís Mourão Sá
Maria de Fátima R. Makiuchi
Maria do Socorro Silva
Suzi Theodoro

Edição e Revisão

Cláudia Carréra
Cláudia Dansa
Helana Freitas
Laís Mourão Sá

Projeto Gráfico e Edição de Arte

Cláudia Carréra
Fernando Secchin

Capa e Ilustrações

Fernando Secchin

Foto da Capa

INCRA/Carlos Terrana

Pesquisa e Apoio

Patrícia Mazoni C.
Rúbia Cynara de M. Pereira

Agradecimentos

Secretarias Estaduais do Pronaf de Amapá,
Alagoas, Minas Gerais, Santa Catarina e Goiás.
Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural
de Pracuuba, de Amapá, de Igreja Nova, de
Capela Nova, de Lontras e de Orizona.
Aos agricultores dos municípios visitados, pelo
apoio e pelos depoimentos prestados.

Sumário

Para início de conversa	5
1. O surgimento da agricultura familiar no Brasil	6
1.1 A contribuição do índio na agricultura familiar	7
1.2 A contribuição do negro na agricultura familiar	10
1.3 A contribuição do europeu e do asiático na agricultura familiar	13
Atividade 1	14
2. Agricultura familiar do século XIX ao século XX	15
3. Retrato da agricultura familiar nas diversas regiões do Brasil	16
3.1 Região Norte	16
Atividade 2	18
3.2 Região Nordeste	18
3.3 Região Centro-Oeste	20
3.4 Região Sudeste	21
3.5 Região Sul	22
Atividade 3	24
4. Como trabalhar a diversidade de situações da agricultura familiar na atualidade	25
4.1 O que é produção familiar?	25
4.2 Políticas públicas e reforma agrária no Brasil	27
4.2.1 O novo agricultor familiar gerado pela reforma agrária - o assentado	30
4.3 O fortalecimento da agricultura familiar	31
4.3.1 Aspectos políticos e econômicos	31
4.3.1.1 A geração de renda	31
4.3.1.2 O crédito	31
Atividade 4	33
4.3.1.2.1 O que é uma cooperativa de crédito?	35
4.3.1.2.2 O sistema Cresol de cooperativas de crédito rural	37
Atividade 5	37
4.3.2 Organização da produção e tecnologia	38
4.3.2.1 Permacultura	40
4.3.3 Aspectos sociais e educativos	42
4.3.4 O papel da mulher no fortalecimento da agricultura familiar	44
5. Desafios da agricultura familiar	46
Bibliografia consultada	48



Para início de conversa

Este é o primeiro de uma série de três cadernos nos quais vamos discutir questões importantes para a capacitação dos conselheiros municipais de desenvolvimento rural.

Aqui vamos falar sobre a importância da agricultura familiar no Brasil, e sobre seu fortalecimento para a construção de um novo modelo de desenvolvimento. Vamos olhar para a história do nosso país, para entendermos como foi a vida dos nossos antepassados, e quais as causas das dificuldades enfrentadas hoje pela agricultura familiar, em cada região do Brasil.

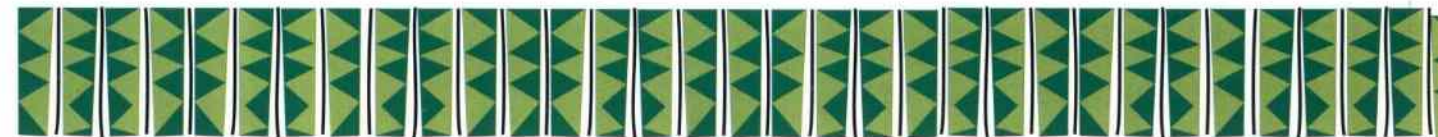
Vamos compreender a importância da agricultura familiar na produção dos alimentos básicos da população brasileira e porque ela ainda não recebeu o apoio necessário das políticas de desenvolvimento, para que este importante papel seja preservado e reforçado.

Boa leitura!



7

O surgimento da agricultura familiar no Brasil



A agricultura familiar, como conhecemos hoje, é o fruto de um longo processo histórico. Desde o início da história do Brasil algum tipo de agricultura familiar já era praticada.

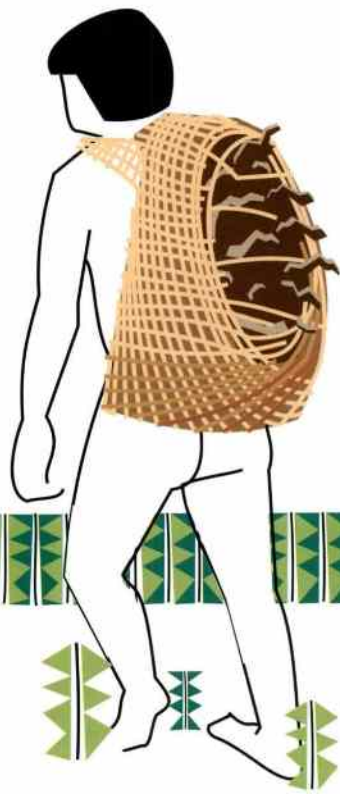
A agricultura familiar sempre coexistiu de forma periférica ao modelo agrário exportador, baseado na monocultura (açúcar, café e outros), que prevaleceu desde o período colonial.

A formação da categoria de agricultores familiares é bastante heterogênea, apresentando características diferenciadas nas diversas regiões do país, de acordo com as influências culturais, econômicas e políticas.

No período colonial, enquanto as grandes extensões de terra foram doadas por Portugal a um reduzido grupo de senhores, as pequenas propriedades ocuparam pedaços de terra no interior de grandes fazendas ou em áreas de pouco interesse econômico.

Nestas pequenas propriedades surgem os primeiros agricultores familiares. Eles eram índios aculturados, negros fugidos ou libertos e uma camada de europeus que não recebia favores da metrópole. Praticavam uma agricultura de subsistência e, ao contrário do **modelo exportador**, produziam alimentos para a comunidade local.

Grande parte da variedade das formas de organização da agricultura familiar nas regiões brasileiras deve-se à herança deixada pelas culturas indígena e negra, na formação da nossa população rural.



1.1 A contribuição do índio na agricultura familiar

Quando os portugueses chegaram ao Brasil, no século XVI (entre 1501 e 1600), a população indígena era de aproximadamente cinco milhões de pessoas, espalhadas por todo o território, com culturas muito diferenciadas que abrangiam em torno de mil etnias.

Uma das conseqüências do processo de colonização foi a redução da população indígena. Atualmente, a população total indígena do Brasil é de 550 mil pessoas, pertencentes a 225 povos, falando 185 línguas diferentes, e vivendo em 24 estados brasileiros. Dessa população, cerca de 358 mil vivem em seus territórios, outros 191 mil migraram para centros urbanos e há uma estimativa de 900 índios pertencentes a povos não contatados.

O processo de extermínio dos índios, que se inicia no contato com o branco, pode ser explicado não só pela escravidão, como também pela transmissão de doenças trazidas da Europa pelos bran-

cos. Essas doenças alastraram-se entre os índios, dizimando aldeias inteiras.

Inicialmente, os portugueses utilizaram o índio como mão-de-obra nas suas lavouras. Com o avanço do processo de colonização, o trabalho indígena foi sendo substituído pelo do negro. O índio passou a ser visto como preguiçoso, indolente, despreparado para a civilização. Na verdade, o índio se prestou e ainda se presta ao trabalho com os brancos, e existem regiões neste país cuja riqueza foi erguida graças ao trabalho indígena. Em Mato Grosso do Sul, os Terena e os Guaranis sempre foram empregados nas lavouras de soja e trigo.

Embora ameaçados de extinção, durante muitos anos, pela cobiça sobre suas terras e pela invasão do padrão de vida branco sobre sua cultura, essas diversas etnias continuam lutando contra a pobreza e as doenças trazidas pelo branco. Lutam ainda para preservar o que resta de suas terras

e produzir lideranças e organizações fortes, que atuam no cenário político nacional e internacional para resgatar sua identidade.

Portanto, os índios têm não só uma história anterior à chegada dos portugueses, como também uma história recente de lutas pela sobrevivência, devido à difícil relação estabelecida com o homem branco que ainda hoje é quem dita as regras do jogo.

Em termos da contribuição do índio para a construção da agricultura familiar brasileira, podemos dizer que muitos dos **produtos** por eles plantados (mandioca, milho, feijões, castanhas, banana e outros) e técnicas de manejo agrícola como a itinerância, a coivara, e outras, foram incorporadas pelos agricultores, nem sempre de maneira adequada.

O conhecimento das tribos indígenas brasileiras sobre o meio ambiente traz muitas contribuições preciosas para as pesquisas de práticas produtivas sustentáveis, dentro do modelo da agricultura familiar.

Porém, para a população não-indígena, estes conhecimentos estão começando a se perder, e ainda não existe uma intenção clara, por parte das políticas públicas, de incorporá-los em pesquisas científicas e em processos de capacitação de agricultores, para que essa herança de saberes possa contribuir na construção de uma proposta alternativa sustentável no meio rural brasileiro.

Em termos gerais, podemos dizer que, na maioria das culturas indígenas antigas e preservadas até hoje, o trabalho, o manejo ambiental e a produção são aspectos profundamente integrados com a recomposição e preservação das áreas naturais, das populações animais caçadas e pescadas, e com o controle do tamanho das populações humanas locais. Tudo isso forma um grande sistema fortemente reforçado pelas relações de parentesco, por uma lógica econômica comunitária e por uma cosmologia, ou **visão de mundo**. Este sistema é de tal forma integrado que, fora desse contexto, as técnicas ou o próprio conhecimento perdem, muitas vezes, seu significado.

Para compreender a contribuição indígena é preciso entender um pouco mais a lógica das culturas indígenas tradicionais.

Inúmeros estudos têm demonstrado que diversos povos indígenas têm conseguido ter suas necessidades alimentares satisfeitas, em níveis de saúde

de reconhecidos pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), e ainda ter tempo para realizar seus eventos culturais, trabalhando em torno de duas horas por dia (por indivíduo) entre a produção agrícola e atividades complementares (caça, pesca, artesanato e outras).

O segredo, segundo essas pesquisas, está no fato de que a economia indígena:

De todos os produtos, o mais importante é a mandioca, que não só substituiu em grande parte o trigo, durante o processo de colonização, como se tornou, e é até hoje, um alimento e uma cultura de amplitude nacional. O polvilho, a farinha, a tapioca e diversos outros produtos, bem como boa parte das receitas e técnicas utilizadas, são legados indígenas.

Para as sociedades indígenas, a maior riqueza é a preservação da natureza e a saúde dos relacionamentos humanos e com o cosmos. A saúde do indivíduo está diretamente ligada ao equilíbrio do ambiente e dos relacionamentos. O trabalho é um dos mecanismos existentes para a sobrevivência. Esta lógica é inversa à da nossa civilização atual, que só considera riqueza aquilo que sofreu algum tipo de trabalho e, mais ainda, aquilo que um homem ganhou explorando o outro. Isto tem levado à gradativa extinção dos ambientes naturais e a deterioração das relações humanas.



- não trabalha na perspectiva de um aumento desenfreado da produção, mas da conservação dos bens naturais;
- não trabalha na lógica de acumulação de riquezas ou de produção de excedente. Quando há excedente, ele é repartido igualmente entre o grupo;
- não trabalha na lógica de padrões e empregados, mas na lógica da família, isto é, cada família conhece as suas necessidades e trabalha para satisfazê-las sem sobre-exploração, nem de indivíduos, nem do ambiente;
- trabalha com grandes extensões de território, sempre organizadas por meio de um constante processo de itinerância, para que não se esgotem os recursos naturais.

Quando os colonizadores chegaram ao Brasil, o choque cultural foi tão profundo, que a desagregação levou muitos dos povos à extinção, à migração para locais mais isolados ou à submissão cultural, com a perda quase total de sua identidade.

Ainda hoje, este choque cultural gera preconceitos que ora colocam o índio como um ser primitivo (indolente, infantil, incapaz de gerenciar suas terras e seus recursos), ora como uma espécie de herói, (guardião da natureza, uma relíquia do tempo e, por isso mesmo, muito distante das questões

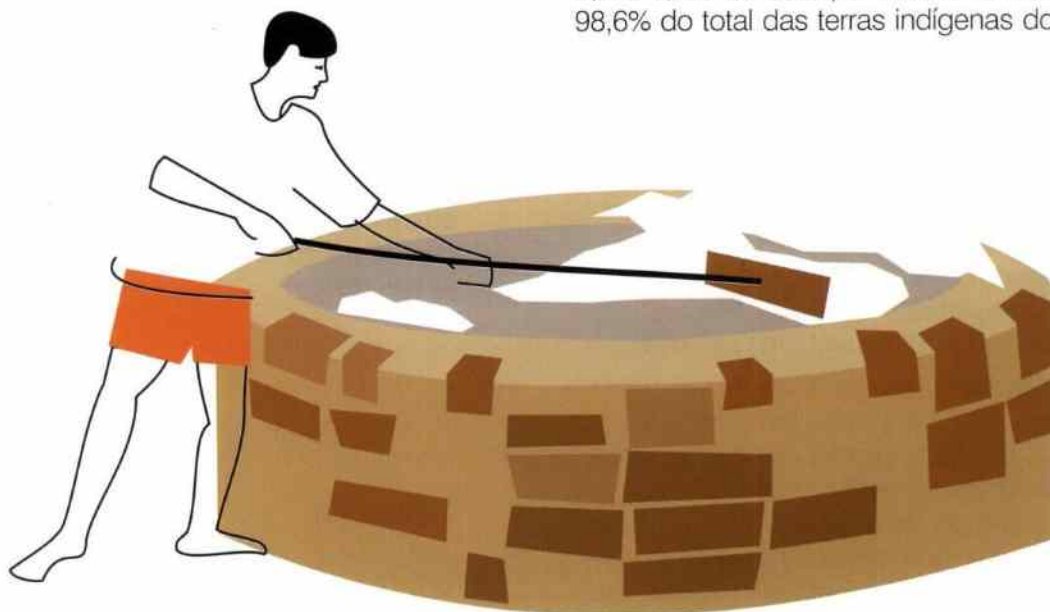
básicas da sobrevivência). Estes preconceitos têm dificultado as relações do homem branco com as nações indígenas, e funcionam como justificativas para o não reconhecimento de sua autonomia, e da constante invasão de suas terras.

No entanto, muitas nações indígenas organizam-se como culturas dinâmicas que desafiam estes preconceitos, mostrando que são capazes de se integrar à realidade e ao mesmo tempo preservar os seus valores básicos.

A partir de 1980, principalmente com a Constituição de 1988, os povos indígenas, auxiliados por setores da sociedade civil, passaram a reivindicar direitos e a resolver problemas significativos da ocupação de suas terras, a ponto de estarem vivendo um processo de leve crescimento demográfico em diversas regiões.

Apesar desse avanço, apenas 35% das terras indígenas foram demarcadas. Hoje, 85% das terras, inclusive as demarcadas, sofrem alguma forma de invasão por garimpeiros, fazendeiros, madeireiros e vários projetos de colonização.

Afirma-se, com frequência, que os índios são pouco numerosos para ocuparem as vastas extensões de terras a que hoje têm direito. Isso justificaria a ocupação dessas terras por posseiros e outros que supostamente estariam privados da terra para produzir seu sustento. No entanto, segundo dados do INCRA, nas regiões de mais acirrada disputa pela terra, as demandas indígenas correspondem a apenas 0,2 a 0,4% do estoque total de terras. Na verdade, 98,6% do total das terras indígenas do Brasil encon-



tram-se na Amazônia Legal, onde há uma maior disponibilidade de terras e a proteção à biodiversidade e aos ecossistemas é fundamental.

É importante que os direitos desses povos possam ser respeitados e suas opções garantidas, bem como sua autonomia. Da mesma forma que é preciso que o desenvolvimento dos municípios em que eles se encontram não seja pensado sem a sua presença.



1.2 A contribuição do negro na agricultura familiar

A maioria dos negros foi trazida da costa ocidental africana. Como os índios, os negros vinham de culturas diversas, com organização social, idiomas e crenças muito diferenciados.

Quer fosse destinado ao trabalho dos canaviais do Nordeste, à extração do ouro, ou, mais tarde, aos cafezais em São Paulo, o escravo estava submetido a uma vida de castigos e obediência. Mas ele não sofria calado; com a escravidão, veio também a resistência individual e coletiva. Individualmente, a resistência era feita desde a demora proposital para a realização de um trabalho, até a fuga, o suicídio ou o aborto praticado pelas mães que não queriam ver seus filhos escravos.

Do conjunto dos negros, talvez o maior sofrimento fosse o da escrava, triplamente subjugada por que: era mulher numa sociedade patriarcal e machista, era negra numa sociedade dominada por uma elite branca, e era escrava.

Durante o século XIX (1801 - 1900), surgiu uma forma coletiva de rebelião dos escravos contra o domínio dos senhores: os **quilombos**. O mais famoso, o Quilombo dos Palmares, ao sul de Pernambuco, chegou a reunir vinte mil pessoas.

Como forma de conter as resistências, havia severas punições para os que se envolviam neste movimento, mas também criaram-se outras alternativas, respaldadas pelo governo central. Alguns senhores concediam ao escravo o cultivo de uma pequena roça dentro da grande propriedade. Se para o senhor isto significava baratear o custo de manutenção do escravo, para as famílias de escravos significava a possibilidade de juntar algum

dinheiro para comprar a sua liberdade. Por ter uma área destinada ao cultivo de seus próprios alimentos, e por cuidar de sua própria roça, o escravo se transformava em camponês. Tinha uma expectativa de futuro e por isso não mais se rebelava. Havia, também, a esperança de alforria (compra da liberdade ou doação pelo senhor).

As rebeliões continuavam e alguns movimentos de peso, como a Conjuração dos Alfaiates na Bahia, mostraram que os negros representavam uma força dentro do País a ser temida pelos brancos. A história contada nos livros tende a não dar muita importância a esses movimentos. Todavia eles contribuíram efetivamente, segundo os autores mais modernos, para a construção da identidade negra e para questionar a escravidão na América.

As elites brasileiras tinham também medo da "mestiçagem" ou miscigenação, que se tornou crescente, especialmente porque essa miscigenação, além de biológica, entre a escrava negra e o patrão, era também cultural.

Quilombos são comunidades formadas por escravos fugidos que se organizavam em regiões geralmente escondidas para resistir à escravidão. Hoje esta denominação se ampliou, incluindo comunidades que têm: uma identidade étnica de preponderância negra; uma relação hereditária com as gerações fundadoras da organização territorial; a organização em trabalho familiar e coletivo; e vivência em relativa harmonia com os recursos naturais existentes.

O processo de abolição foi longo e revelou os desejos da elite rural de estender ao máximo a duração do trabalho escravo no Brasil.

A Inglaterra, potência europeia na época colonial, praticou o tráfico de escravos durante muitos anos. No entanto, ao assumir o processo de industrialização, empenhou-se em formar mercados consumidores para os seus produtos em todo o mundo e para isso começou forte campanha de combate ao tráfico, na suposição de que o escravo livre se tornaria um consumidor.

Portugal foi pressionado a punir o tráfico e, durante muitos anos, fez leis anti-tráfico que não eram cumpridas, sendo conhecidas como "leis para inglês ver", expressão que ainda hoje usamos. Com o aumento da pressão, o tráfico foi extinto, mas a escravidão continuou ainda por muitos anos e várias leis de menor impacto foram feitas, para "ir libertando" certas categorias de escravos. Porém, os escravos libertos continuavam submetidos aos seus



senhores, ou deles dependentes para sua sobrevivência.

O movimento pelo fim da escravidão continuava, e havia propostas de que ele viesse junto com uma reforma agrária nos latifúndios e nas terras do Estado. Quando, por fim, veio a abolição, o negro não teve direito à terra e nem aos direitos básicos de cidadania. Além disso, seu trabalho na lavoura e nas indústrias foi substituído pelo dos imigrantes mais especializados.

O ex-escravo tornou-se desempregado e foi morar nas favelas das cidades. A mulher virou empregada doméstica, para quem se pagava salário simbólico e a quem se remunerava com roupas usadas e sobras de alimentos. A prostituição também se tornou alternativa de sobrevivência.

Houve reação a esse processo, mas, durante muito tempo, o Brasil viveu um falso modelo de democracia racial, como se todas as raças aqui misturadas tivessem o mesmo peso e os mesmos direitos. Ainda hoje muitos acreditam nisto. Entretanto, as estatísticas indicam que os negros continuam tendo que arcar com o prejuízo de serem marginalizados e vítimas de preconceitos pela sua cor.

Os movimentos negros têm lutado com empenho para mudar essa situação – por meio de políticas públicas que ajudem a promover a mudança cultural e as condições sociais necessárias para que o negro possa ser incluído, de forma efetiva, na sociedade brasileira.

Se fizermos um balanço dessa história na perspectiva da agricultura familiar, veremos que o negro veio para o Brasil para assumir o papel de trabalhador rural e doméstico, o que fez durante muito tempo. Esse papel, entretanto, foi assumido sem que ele tivesse qualquer relação de propriedade da terra ou opção de escolha sobre suas atividades de plantio. Os negros adquiriram terras por três caminhos: ou compravam quando eram libertos, ou recebiam doações dos antigos senhores, ou, o mais comum, por ocupação de regiões para instalação dos quilombos.

Nestas diversas situações, os negros acabaram assumindo uma identidade de camponês, caracterizando-se por uma agricultura de base familiar. Nos quilombos, os escravos procuravam reproduzir o modo africano de viver. Plantavam milho, mandioca, feijão e batata, o que garantia a alimentação e a troca com os vizinhos. Exerciam ainda

atividades que praticavam nos países de origem como: a fundição de metais, a caça, a pesca, a criação de galinhas e a fabricação de cestos, chapéus, abanos de palha, potes e vasilhas utilitárias de cerâmica. Desenvolviavam fortes relações entre si e com habitantes locais, especialmente mestiços e índios. Também foram importantes no processo de preservação ambiental, uma vez que a mata lhes servia de esconderijo, bem como lhes proporcionava fontes de subsistência.

Há, ainda hoje, muitas comunidades remanescentes de quilombos. Um estudo recente demonstra que há registradas 814 comunidades nessa situação, localizadas principalmente nos estados do Nordeste e Norte do País (503 no Nordeste, das quais 250 na Bahia e 187 no Maranhão). No Norte, a maioria está no Pará (203). A extensão de Minas Gerais até o Pará é a mais importante. Há também remanescentes de quilombos em São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso e Rio Grande do Sul. A Constituição de 1988 garantiu a essas comunidades o direito à Terra no artigo 68 das disposições transitórias que diz:

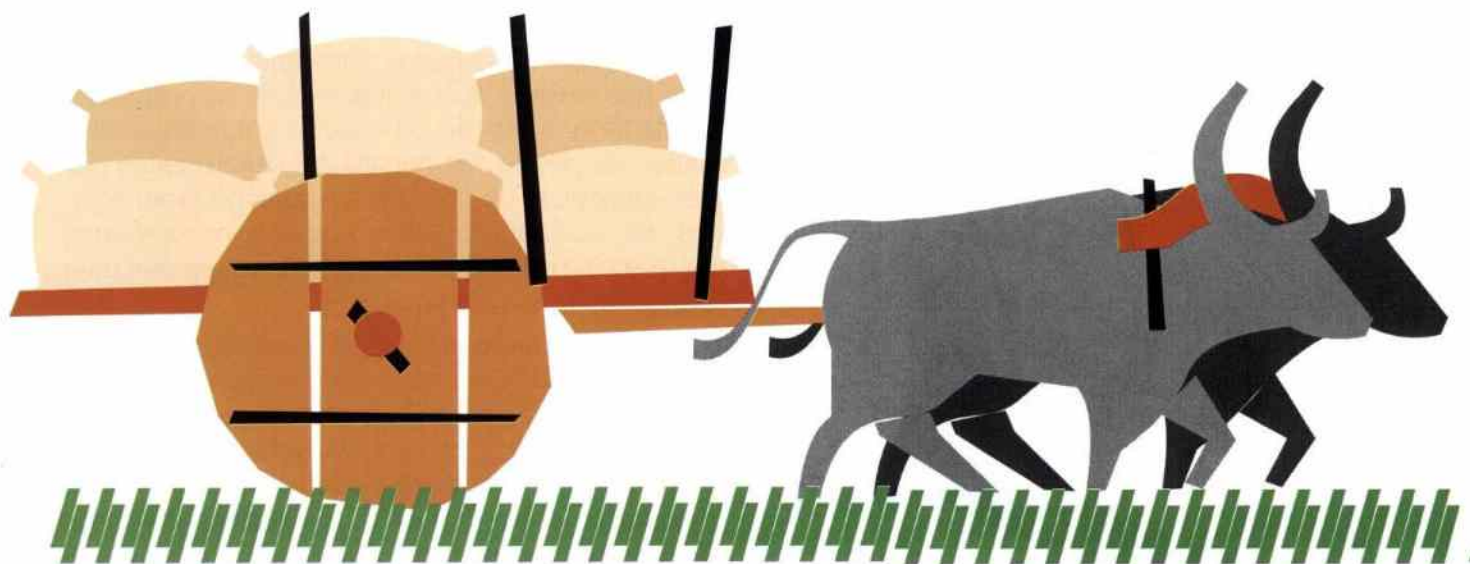
"aos remanescentes de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos."

O artigo ainda não foi regulamentado, mas alguns quilombos na Bahia , no Rio de Janeiro e no Pará já receberam o reconhecimento do Estado.

Mesmo assim, os negros têm visto seus direitos desrespeitados por fazendeiros que invadem suas terras, matando e expulsando as pessoas, mesmo quando elas estão documentadas. Este tipo de comportamento caracteriza um preconceito histórico de que o negro não tem direito a nada e por isso não pode possuir terras.

Embora compartilhem muitos valores da sociedade envolvente, os habitantes de quilombos contemporâneos possuem uma visão de mundo diferenciada. No tribunal dos povos realizado em Paris em 1990, um representante dos negros do rio Trombetas disse:

Queremos viver em paz: criar nossos filhos, plantar, roçar, colher os frutos da natureza, preservar nossa cultura, nossos cantos, nossas danças, nossa medicina. Redescobrir nossa história de luta e sofrimento, de algemas e ferros, de liberdade conquistada com sangue e lágrimas. Somos e queremos continuar sendo Amazônidas. Temos orgulho de ser negros.





1.3 A contribuição do europeu e do asiático na agricultura familiar

Desde o início do processo de colonização, os brancos que aqui chegaram, assim como os negros e índios, pertenciam a diversas etnias. No período colonial, chegaram os portugueses, franceses, holandeses, espanhóis e ingleses. Mais tarde, vieram os alemães, italianos, poloneses, ucranianos, russos, suíços e muitos outros. Já no século XIX e início do XX, além dos europeus, grandes contingentes de asiáticos e de povos mulçumanos imigraram para o Brasil.

Embora vários povos tenham chegado ao Brasil, o processo de colonização teve a condução portuguesa, que aqui implementou um aparelho militar e administrativo e iniciou uma política colonizadora exploratória.

Portugal era uma nação mercantil (com a economia baseada no comércio), que contava com uma pequena população para promover, sozinha, a colonização do território brasileiro. Isto fez com que, na maior parte do tempo, os portugueses não fizessem restrições à vinda de outros europeus para o Brasil.

Assim, chegaram ao Brasil tanto representantes das classes abastadas, como das camadas menos favorecidas da população europeia.

O processo de miscigenação se inicia com o encontro dos homens brancos com as mulheres índias e negras, dando origem a mamelucos e mulattos. No entanto, a futura elite colonial tenta manter-se branca, excluindo os filhos mamelucos e mulattos da linhagem de herdeiros. Somente os filhos brancos de um casamento católico eram herdeiros de seus pais e futuros proprietários de seus bens, enquanto os outros permaneciam como trabalhadores e despossuídos.

Desde o início da colônia, a Coroa Portuguesa buscou criar estratégias para povoar o vasto território brasileiro. Dividiu as terras entre doze capitães donatários, que deviam proteger, explorar e povoar o território recebido. Os donatários distribuíram os latifúndios, chamados sesmarias, aos sesmeiros (proprietários que eram obrigados a

construir vilas e cidades). Tratava-se de um processo de povoamento promovido pela iniciativa privada, marcado pela concentração da propriedade da terra nas mãos de um pequeno grupo de famílias e pela exclusão da maioria da população ao acesso à propriedade da terra. Essa característica dos primeiros séculos contribuiu para a herança de injustiça social e conflito pela terra que marca toda a história de nosso país.

Entretanto, em alguns casos, a própria coroa cuidou de promover a imigração, trazendo para os territórios do sul, especialmente Santa Catarina, casais de açorianos, alemães, prussianos, russos e italianos, destinados a praticar agricultura em terras previamente demarcadas pelo governo. Por isso, nesse primeiro momento, a mestiçagem, a luta pela terra e o conflito não foram tão intensos no Sul como em outras regiões.

No século XIX (1801-1900), a evolução dos processos de industrialização e urbanização na Europa gerou um aumento do desemprego no campo e na cidade. Nesse período, a mecanização da agricultura em grande escala produziu uma redução na quantidade de pessoas necessárias para realizar os trabalhos rurais. Assim, a maioria dos camponeses europeus perdeu suas terras e migrou para as cidades, transformando-se em assalariados nas indústrias urbanas.

A situação precária destes trabalhadores europeus, cada vez mais explorados, dá origem ao surgimento e fortalecimento de organizações sindicais e movimentos sociais que lutam para melhorar as condições de vida desses segmentos da população.

É neste contexto que as nações europeias começam a incentivar a saída de parte da sua população para o continente americano.

O Brasil recebeu uma parcela desses imigrantes que vieram trabalhar na lavoura de café, principalmente na região Sudeste, substituindo a escravidão que estava acabando.

A substituição do trabalho escravo pela mão-de-obra livre do imigrante não foi fácil. Havia um grave conflito de interesses e de mentalidade entre o dono da terra que era escravocrata e o trabalhador imigrante, que queria ser remunerado dignamente para, mais tarde, se tornar proprietário.



Alguns imigrantes já vieram capitalizados e, diferentemente dos que vieram para a lavoura trabalhar como assalariados, se tornaram comerciantes ou industriais.

O Brasil continuou recebendo imigrantes em grande quantidade até a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Entre eles, destacam-se, além dos europeus, os japoneses, chineses, coreanos, cambojanos e judeus, que se dirigiram principalmente para as regiões Sul e Sudeste, alterando o quadro da agricultura familiar nessas regiões.

A elite rural responsável pela monocultura de exportação, inicialmente escravocrata e depois patronal, formou-se a partir de uma pequena parte da população branca que chegou ao Brasil, desde o início da colonização até o século XX.

Por outro lado, a grande maioria dos brancos era de origem camponesa, e junto com negros e índios formaram a base da agricultura familiar no Brasil.



Atividade 1

Tente resgatar em documentos e conversas com moradores mais velhos um pouco da constituição étnica do seu município.

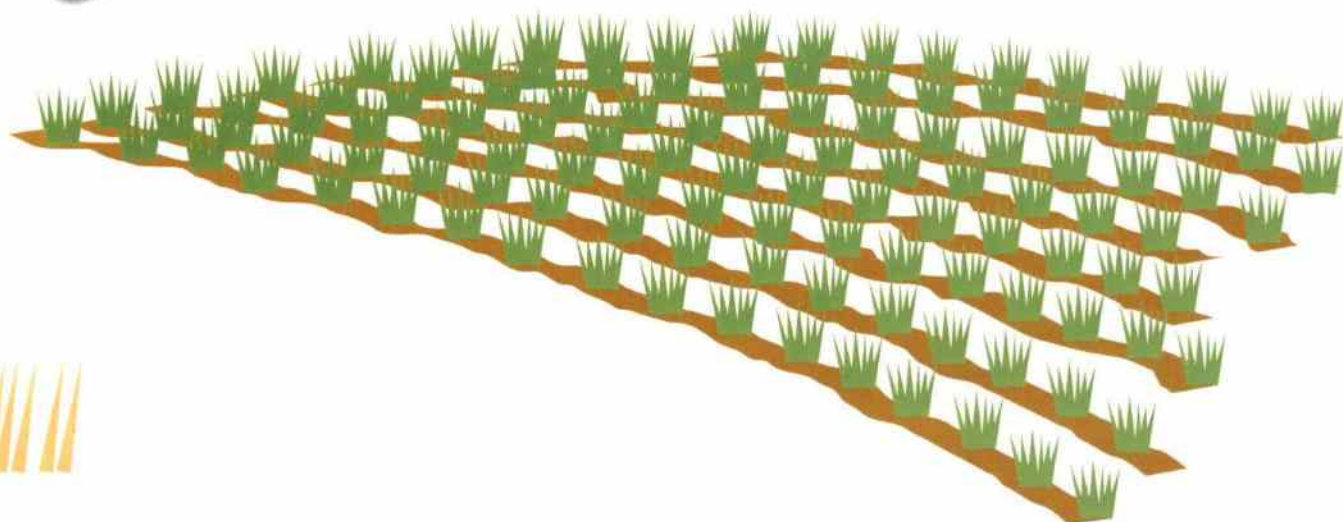
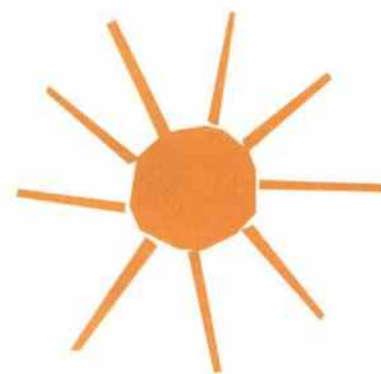
Caso existam comunidades indígenas ou quilombolas, ou semelhantes, sugira ao Conselho convidar um de seus representantes para falar um pouco sobre sua história.

Discuta com os demais conselheiros, no caso de seu município estar na situação acima, como estas comunidades poderiam ser incluídas no planejamento do desenvolvimento local.



2

A agricultura familiar do século XIX ao século XX



O processo de evolução da industrialização e da urbanização que ocorreu na Europa no século XIX, só veio a ocorrer no Brasil no século XX, em torno da década de trinta.

Neste período, o governo conduziu o processo de implantação da indústria e também uma política de concessão de direitos para os trabalhadores. Incentivou as migrações internas, das áreas de maior tensão, especialmente em Minas e São Paulo, para a região do Centro-Oeste. Para as áreas dessa fronteira, foram dirigidos o fluxo de capitais para compra de terras a baixo preço, e, depois, o fluxo de pequenos agricultores.

Este processo de migração deixou, também, marcas específicas nas características da agricultura de cada região.

Entre 1960 e 1970, o mundo vive um processo especialmente importante para a agricultura: a chamada Revolução Verde. Este processo implica na importação de um modelo agrícola aparentemente bem sucedido no mundo desenvolvido. Este modelo associa mecanização, utilização de insumos químicos e extensão rural, com o aumento da pro-

ductividade e a promessa de solução dos problemas da fome no mundo.

Embora o modelo agrícola da Revolução Verde gere o aumento da produtividade, a qualidade dos alimentos e do ambiente onde são produzidos piora sensivelmente.

Um dos reflexos desse processo no Brasil foi a incorporação da monocultura da soja, principalmente em grandes propriedades. Ela se tornou um produto de exportação rentável, sendo sua produção especialmente incentivada como forma de ocupar as terras de cerrado no Centro-Oeste.

No entanto, para a grande maioria dos agricultores familiares, o pacote tecnológico da Revolução Verde foi bastante prejudicial, por ser caro e causar uma dependência da indústria multinacional. Sem condições de arcar com os altos custos, o agricultor acaba abandonando o campo.

Neste sentido, um novo êxodo e uma nova leva migratória, além de grandes problemas ambientais, interferem novamente no contexto da agricultura familiar.

3

Retrato da agricultura familiar nas diversas regiões do Brasil

Para fazer um retrato atual da situação da agricultura familiar nas regiões brasileiras, é preciso considerar:

- a história da região;
- o peso que esta atividade representa na economia local/regional;
- os sistemas de produção atualmente predominantes;
- os tipos de combinações realizadas na unidade familiar com as culturas, criações e outras atividades produtivas.

A seguir, apresentamos alguns aspectos que devem ser considerados ao se analisar a importância da agricultura familiar, dentro da situação histórica das regiões brasileiras. Reproduzimos também dados estatísticos comparando as regiões entre si, com referência à safra de 1995/96, de acordo com o Censo Agropecuário do IBGE.



3.1 Região Norte

Esta região inclui os estados que se encontram na floresta amazônica: Amazonas, Pará, Acre, Amapá, Rondônia, Roraima e Tocantins. No início da história do Brasil, ela não era muito visada pelos interesses agrícolas dos colonizadores, que buscavam as riquezas da floresta e o trabalho dos índios. Os escravos negros só chegaram no século XVIII (1701-1800), com o surgimento de grandes plantações de algodão e açúcar para o mercado externo.

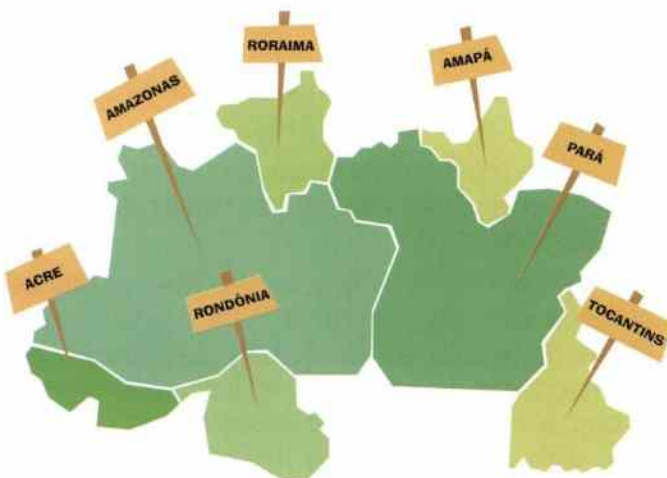
A agricultura familiar, com o cultivo de produtos alimentares, principalmente o arroz e a mandioca, sempre acompanhou as principais atividades

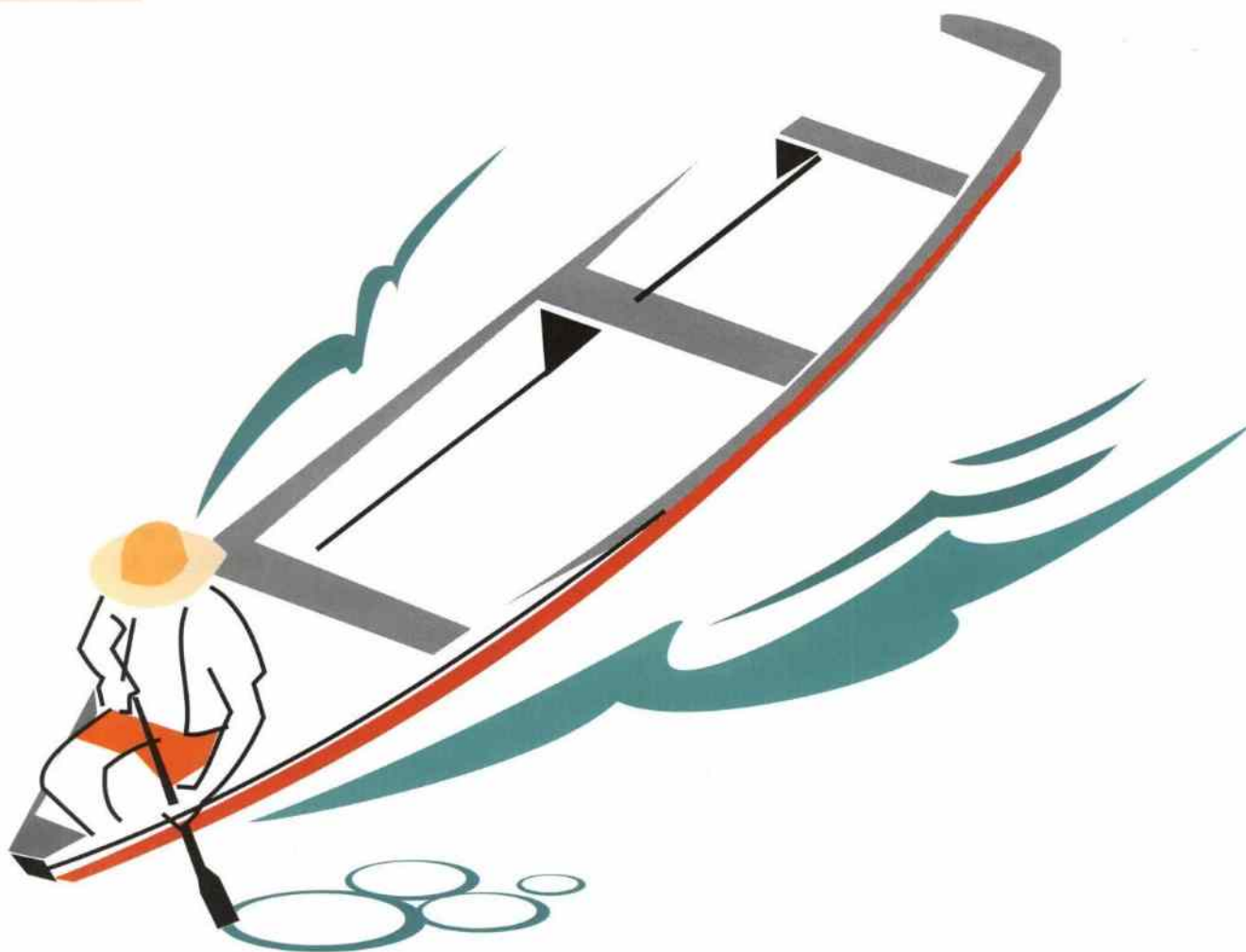
econômicas, tanto urbanas quanto de extração dos produtos da floresta, principalmente a borracha e a castanha. A partir de 1850, milhares de nordestinos se deslocaram para essa região, fugindo das secas e da crise econômica dos engenhos de açúcar. Eles tiveram um grande peso na formação da atual população de agricultores familiares amazônicos.

A migração de agricultores familiares para a região Norte aumentou muito a partir de 1960, com a construção da Belém-Brasília e, na década de 70, com a construção da Transamazônica.

Desde o início, a agricultura ocupava as áreas à beira dos rios e as ilhas, que não eram áreas de interesse extrativista. Até meados do século XX, a produção de arroz, farinha de mandioca, feijão e milho era significativa, tanto para o consumo familiar, como para o abastecimento de cidades como Belém, Marabá e Manaus.

O gado que, no início, vinha a pé de Goiás e do Nordeste, transformou-se numa atividade consorciada





da com a agricultura familiar. A criação de gado tem uma grande importância neste sistema, pois ele representa uma fonte de renda monetária para a família e um elemento de acumulação de capital, permitindo também atender a situações de crise.

Outras atividades como a pesca, o extrativismo e o artesanato, embora não sejam agrícolas, também integram as possibilidades de obtenção de renda num sistema familiar.

Para os conselheiros e agricultores familiares da região Norte, é importante que seja feita uma avaliação sobre a herança das técnicas de manejo do solo utilizadas pelos índios. Eles aproveitavam as terras livres e trabalhavam no sistema de coivara, derrubando a mata para plantar durante alguns anos, e deixando a terra descansar durante outro período, para recompor a floresta (capoeiras).

Nesta técnica não é preciso utilizar fertilizantes artificiais, pois a própria terra oferece a sua fertilidade para a plantação, e quando ela vai ficando fraca, é deixada descansando para recuperar sua força natural.

No sistema de coivara são utilizados até 4 hectares durante dois ou três anos, que é o tempo máximo para aproveitar a força da terra. Como o tempo médio necessário para a recuperação completa da floresta é de 20 a 25 anos, o agricultor precisaria de uns 40 hectares para fazer um sistema de rotação completo, de 4 em 4 hectares, a cada 2 ou 3 anos.

Já que ele não dispõe dessa área, a solução tem sido diminuir o tempo de descanso da terra, passando a queimar a vegetação da área de capoeira depois de 3 ou 4 anos, quando ela ainda está muito tenra e fraca. Contudo, isso acarreta problemas para a recomposição da mata e para a fertilidade do solo.

Mas não são só as técnicas da agricultura familiar que estão degradando os recursos naturais na Amazônia. Um fator ainda mais poderoso, que tem levado a uma destruição em grande escala da floresta, são os projetos agropecuários e madeireiros incentivados pelo poder público no governo militar na década de 70.

Atividade 2

1. Avalie com o seu grupo os impactos provocados pelas atividades agropecuárias e madeireiras na região Amazônica.
2. Enumere as vantagens e desvantagens dessas práticas.
3. Busque alternativas para contornar ou superar as desvantagens listadas.



A situação da agricultura familiar na região Norte é bastante crítica quanto ao manejo dos sistemas naturais para a produção, e quanto ao acesso aos centros distribuidores. No entanto, tem havido uma valorização crescente da capacidade produtiva da agricultura familiar na região, como demonstram alguns dados do Censo de 1995/96, do IBGE:

- a agricultura familiar representa 85,4% do total de estabelecimentos rurais da região, o terceiro maior número, entre as regiões brasileiras;
- estes estabelecimentos ocupam 37,5 % do total da área regional, estando em terceiro lugar entre as regiões;
- a agricultura familiar produz 58,3% do valor bruto da produção agropecuária (VBP) na região, representando o maior valor entre as regiões, na safra de 1995/96;
- quanto ao total de financiamentos aplicados na região, no ano agrícola de 1995/96, os agricultores familiares receberam 38,6%, ficando em segundo lugar entre as regiões brasileiras;
- em relação ao total dos estabelecimentos rurais familiares no Brasil, o Norte tem somente 9,2% , ficando apenas à frente do Centro-Oeste;
- quanto à área ocupada, para o total da agricultura familiar no Brasil, o Norte está

em segundo lugar, ficando logo depois do Nordeste.

Entretanto, a região Norte apresenta uma das porcentagens mais baixas quanto ao valor bruto da produção agropecuária (VBP) total no Brasil, com 7,5%, e a mais baixa taxa de financiamento rural para as unidades familiares, com apenas 5,4%.

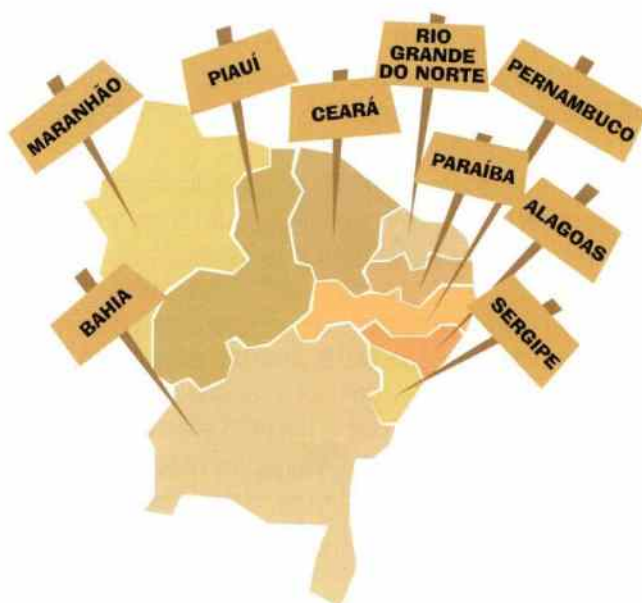


3.2 Região Nordeste

Esta região inclui os estados de Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, e abrange as áreas naturais: Litoral, Mata Atlântica, Agreste e Sertão e parte do Cerrado.

O Nordeste foi o primeiro centro político do Brasil colonial, e também a primeira região ocupada pela agricultura colonial, na forma de grandes plantações de cana-de-açúcar e algodão. O modelo de desenvolvimento dessa sociedade colonial era baseado em três pontos:

- no acesso livre à terra por parte do latifundiário, recebendo doações de grandes extensões (sesmarias);
- nos lucros obtidos pela super-exploração do escravo;
- na venda garantida para o mercado externo europeu.



Como no Norte, o sistema produtivo mais comum na agricultura familiar nordestina é a combinação dos cultivos de subsistência com a criação de gado e algum produto comercial. Mas há uma grande variação, dependendo de cada microrregião. A migração de alguns membros da família em busca de trabalho assalariado tem sido uma das principais formas de apoiar a sobrevivência dos que resistem em deixar a terra. Outras atividades, como o artesanato e a pesca, também fazem parte das possibilidades de complementação de renda, ou, muitas vezes, são a atividade principal para algumas famílias. Também elas estão sujeitas a problemas relativos a impactos ambientais ou comerciais.

Os trabalhadores nordestinos conhecem bem essa história, pois ela apresenta vestígios até hoje: a casa grande do senhor de engenho, a senzala dos escravos e as famílias de moradores que praticavam a agricultura em pequenos lotes, dentro do latifúndio e fora dele. É a monocultura para o mercado internacional e a pequena agricultura dependente do latifúndio.

Esse modelo, que se reproduziu também em outras regiões do país (com o algodão, no Norte; o cacau, no Nordeste; e o café no Sudeste), representa a existência de relações de domínio pessoal dos grandes proprietários sobre uma vasta clientela de famílias de trabalhadores submissa às suas ordens. Os direitos de acesso às terras de cultivo eram concedidos ou retirados de acordo com as necessidades da grande plantação comercial do proprietário, e as famílias jamais possuíam qualquer garantia de estabilidade. Apenas nas terras mais distantes do litoral (Agreste e Sertão) é que surge uma agricultura familiar independente, vinculada à criação extensiva do gado.

Com essa herança histórica, é fácil compreender porque mais da metade das famílias de agricultores nordestinos encontra-se em processo crescente de empobrecimento e em situação crítica. Elas

são mais da metade (63%) da pobreza rural brasileira.

A agricultura familiar sempre ficou com as terras de baixa produtividade, pois as mais produtivas sempre estiveram com o latifúndio, até serem esgotadas pelo cultivo da cana-de-açúcar. A monocultura açucareira no Nordeste foi a maior responsável pela destruição da Mata Atlântica, fazendo com que as terras ocupadas se tornassem improdutivas com o tempo, o que exigia sempre a derrubada de novos trechos de mata.

Apesar de tudo isso, a **agricultura familiar** ainda resiste no Nordeste.

De acordo com o Censo de 1995/96, do IBGE, a agricultura familiar representa 88,3% do total de estabelecimentos rurais da região, o maior número, depois da região Sul.

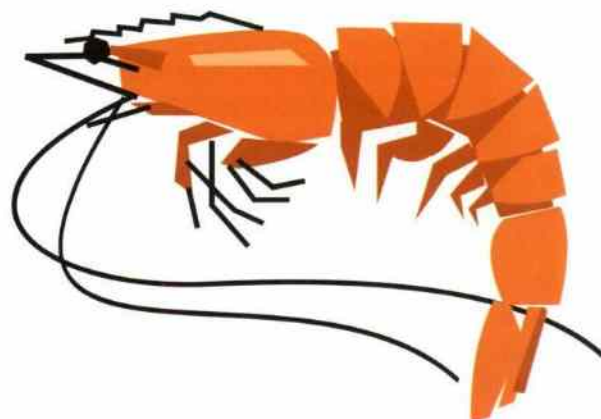
Estes estabelecimentos ocupam 43,5 % do total da área regional, também o maior número, depois a região Sul.

Aí são produzidos 43% do valor bruto da produção agropecuária (VBP) na região, representando o terceiro maior valor entre as regiões, na safra de 1995/96.

Quanto ao total de financiamentos destinados ao setor, na região, naquele ano agrícola, os agricultores familiares receberam 26,8%, ficando em terceiro lugar entre as regiões brasileiras.

Em relação ao número total de estabelecimentos familiares no Brasil, o Nordeste é responsável por 49,7%, tendo a maior concentração de estabelecimentos familiares entre as regiões brasileiras.

Ocupa também a maior porcentagem de área sobre o total da agricultura familiar no Brasil, com 31,6%, mas está em terceiro lugar no valor bruto da produção agropecuária total, com 16,7%, e também em terceiro quanto ao financiamento rural destinado a esta categoria de agricultores, com 14,3%.



3.3 Região Centro-Oeste

Os estados que compõem esta região estão situados no Cerrado, que é o ponto de encontro entre a Amazônia, o Nordeste e o Sul. Aí se encontram Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal.

Esta vasta área era ocupada por uma grande variedade de tribos indígenas, e só foi atingida pela colonização portuguesa no século XVIII (1701-1800), com o ciclo econômico da mineração.

Os colonizadores partiram dos centros do Sudeste e de Minas Gerais para as terras do interior, em busca das riquezas minerais (ouro e pedras preciosas). Com eles também chegaram, além dos escravos e alguns índios do litoral, a pecuária extensiva (gado criado solto) e uma variedade de unidades de produção familiares, que se formaram para abastecer de bens alimentares a população dos centros mineradores.

Novamente, estes produtores se instalaram como unidades familiares independentes, ou como moradores das grandes fazendas de gado que foram se formando.

Os pequenos proprietários eram ilegais, uma vez que, em nenhum momento, houve a doação, pela Coroa, das terras por eles ocupadas. Apoderar-se de terras devolutas e cultivá-las tornaram-se, desde então, práticas comuns.

Formou-se, assim, uma sociedade tipicamente sertaneja, dos grandes fazendeiros pecuaristas, dos vaqueiros e agricultores, que sobreviveu, sem muitas alterações, até a primeira metade do século XX.

A partir de então, tiveram início grandes transformações, com as políticas nacionais de incentivo à ocupação dessa região pela agricultura modernizada, e com a construção da nova capital, Brasília. Agricultores do Sul e do Nordeste, apoiados por incentivos governamentais, trouxeram para a região uma agricultura modernizada, voltada para o mercado de grãos, principalmente a soja, o algodão e o milho. Os antigos agricultores familiares perderam grande parte de suas terras, quer pela venda, ou devido à migração para a nova capital.

Os dados do Censo de 1995/96, do IBGE, demonstram um lugar bem inferior na posição da **agricultura familiar do Centro-oeste**, entre as regiões brasileiras.



A agricultura familiar representa 66,8% do total de estabelecimentos rurais da região, o último lugar entre as regiões brasileiras.

Estes estabelecimentos ocupam 12,6% do total da área regional, também o último lugar entre as regiões.

São produzidos 16,3 % do valor bruto da produção agropecuária (VBP) na região, representando o menor valor entre as regiões, na safra de 1995/96.

Quanto ao total de financiamentos destinados ao setor, na região, naquele ano agrícola, os agricultores familiares receberam 12,7%, só ficando à frente do Sudeste, entre as regiões brasileiras.

Atualmente, os tipos de sistemas produtivos da agricultura familiar na região Centro-oeste são tão variados quanto nas demais regiões. Geralmente a média das áreas ocupadas é maior que nas outras regiões, como também acontece na região Norte. Mas, nesta região, apenas as áreas de mata são naturalmente propícias à agricultura, o que reduz as oportunidades para os agricultores menos capitalizados.

Em relação ao número total de estabelecimentos familiares no Brasil, o Centro-Oeste representa o mais baixo índice, com apenas 3,9%.

Ocupa também a menor porcentagem de área sobre o total da agricultura familiar no Brasil, com 12,7%, e está em último lugar no valor bruto da produção agropecuária total, com 6,2%.

Quanto ao financiamento rural destinado à agricultura familiar, a região ficou com 10%, o penúltimo lugar, apenas acima e o dobro do Norte, entre as regiões brasileiras.



3.4 Região Sudeste

Esta região é composta pelos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo, que se situam no Cerrado e Mata Atlântica.

Durante a colônia, o centro da vida política nesta região do país estava em S. Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Até meados do século XIX (1801-1900), não havia aí nenhuma grande exploração agrícola comercial. A **agricultura familiar** abastecia a região de produtos alimentares. Os pequenos produtores eram indivíduos legalmente livres, mas muito pobres.

No século XIX, com o declínio das grandes lavouras de cana-de-açúcar no Nordeste, o café passou a ser o maior produto comercial brasileiro, produzido na vale do Paraíba do Sul, e no planalto de São Paulo.

O café se expandiu em ondas verdes que iam exaurindo os solos e se deslocando para as áreas de matas virgens, provocando uma lenta destruição da mata atlântica na região.

As terras utilizadas foram de início ocupadas livremente pelos grandes proprietários. Em 1850, essa posse foi regularizada através da Lei de Terras, que garantia as melhores terras para os grandes proprietários do café, e excluía dessa legalização as atividades agrícolas familiares de subsistência.

Uma razão importante para isso é que, nessa época, estava acontecendo o processo histórico que resultou na libertação definitiva dos escravos. Isso significou que, aos poucos, surgia uma grande massa de brasileiros pobres que buscavam ocupar seu pedaço de chão e produzir bens alimenta-

res. A Lei de Terras impossibilitava que essa vasta camada da população se tornasse proprietária da terra, muito cara na época.

Outro fato importante foi a migração de grupos de agricultores europeus, incentivada pelo Estado, para trabalharem nas lavouras do café, em São Paulo. Os primeiros a chegar foram os italianos e os alemães, mais tarde seguidos por outros povos. Eram famílias inteiras que se mudavam para o Brasil em busca de melhoria de vida e que enfrentaram condições bastante adversas.

Os dados do Censo de 1995/96, do IBGE, demonstram que a agricultura familiar representa 75,3% do total de estabelecimentos rurais da região Sudeste.

Quanto ao total da área regional, a agricultura familiar no Sudeste ocupa 29,2%, também ficando apenas à frente do Centro-Oeste entre as regiões brasileiras.

A situação atual da agricultura familiar na região Sudeste apresenta uma grande diversidade de características locais. O único padrão comum que pode ser apontado é o fato de que ela se encontra intimamente ligada à dinâmica dos latifúndios de café, algodão, cana-de-açúcar, ou fazendas de gado. Os produtores familiares ocupam espaços dentro ou em volta dessas grandes unidades, e sofrem as conseqüências dos movimentos de expansão ou de crise das mesmas.



Em relação ao valor bruto da produção agropecuária (VBP) na região, a agricultura familiar produziu 24,4%, novamente ficando apenas à frente do Centro-Oeste entre as regiões brasileiras.

Os agricultores familiares do Sudeste receberam 12,6% do total de financiamentos destinados ao setor, na região, naquele ano agrícola, o mais baixo valor entre as regiões brasileiras.

Em relação ao número total de estabelecimentos familiares no Brasil, o Sudeste ocupa o terceiro lugar, com 15,3%.

Quanto à área total ocupada pela agricultura familiar no Brasil, o Sudeste tem o quarto lugar, com 17,4%, perdendo apenas para o Centro-Oeste.

No que se refere ao valor bruto da produção agropecuária (VBP) total brasileira, o Sudeste ocupa o segundo lugar, com 22,3%.

Quanto ao financiamento rural destinado à agricultura familiar no Brasil, o Sudeste também fica em segundo lugar, com 15,3%, entre as regiões brasileiras.



3.5 Região Sul

A região Sul compreende os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. É a que apresenta a menor concentração de renda e de posse da terra, devido ao seu processo histórico de formação, onde a produção familiar prevaleceu sobre os latifúndios. Situa-se na Mata Atlântica, Mata Araucária e Campos.

Até meados do século XIX, a ocupação e exploração econômica colonial destas áreas foi bastante lenta. Apesar das doações, pela Coroa, de grandes extensões de áreas de campo propícias à pecuária extensiva, as mesmas foram pouco exploradas por seus proprietários que, quando o faziam, se utilizavam do trabalho de negros escravos.

A atividade produtiva que realmente prevaleceu na região, durante todo este primeiro período, foi a agricultura itinerante dos índios Guaranis e Caingangues, que cultivavam a mandioca, o milho, o tabaco e a erva-mate, nativa da região. A técnica itinerante era semelhante à agricultura de coivara, dos índios da Amazônia, utilizando-se as áreas de mata disponíveis.

Com o tempo, formou-se uma população de caboclos (cruzamento de portugueses, africanos e



índios). Além da herança das técnicas agrícolas indígenas, os caboclos também desenvolveram o chamado sistema de "faxinais", que consiste em áreas coletivas para criação de animais, próximo às residências, e roças individuais em pequenos lotes afastados.

A partir da Lei de Terras de 1850, teve início o incentivo governamental à colonização da região por imigrantes europeus, principalmente italianos e alemães, na mesma leva dos que chegaram para o cultivo de café em São Paulo.

Os colonos foram trazidos com o objetivo de implantar a agricultura comercial na região, ocupando, de início, o nordeste do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Transformaram-se, assim, em pequenos proprietários que comercializavam o milho, consorciando-o com cultivos de subsistência e criação de animais.



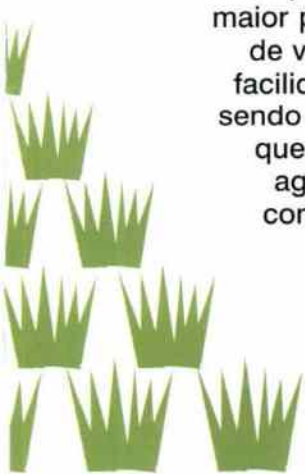
Durante algum tempo, parecia não haver muita diferença entre os colonos estrangeiros e os caboclos nativos, pois ambos apresentavam as mesmas condições técnicas e sofriam das mesmas restrições de acesso aos canais de comercialização.

Mas, com o tempo, as diferenças quanto à legalização da propriedade da terra foram criando um grande abismo entre eles. Os caboclos nunca tiveram as suas posses legalizadas. Aos poucos, foram se descapitalizando e vendo diminuir suas chances de encontrar florestas virgens para aplicar sua tecnologia de origem indígena. A única alternativa foi vender suas posses de terra, tornando-se, assim, mais assalariados do que produtores rurais.

Os colonos foram o grupo social historicamente responsável pelo grande desenvolvimento posterior da agricultura familiar na região Sul. A partir da primeira metade do século XX, tendo-se esgotado a fertilidade das terras inicialmente trabalhadas, seus descendentes começaram a ocupar outras áreas, como o extremo oeste de Santa Catarina e do Paraná.

Na década de 60, com as políticas públicas de incentivo à entrada de grandes empresas estrangeiras na economia brasileira, a nova palavra de ordem era a modernização da agricultura e a Revolução Verde.

Atualmente, a região Sul é a que mais se destaca no desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil. Comparando com as demais regiões, é aí onde os produtores familiares têm a maior participação na agregação de valores aos produtos e nas facilidades de comercialização, sendo maior o número daqueles que sobrevivem de atividades agrícolas ou agroindustriais, combinadas a atividades não agrícolas.



Para se adaptar aos novos tempos, era preciso que os produtores familiares superassem as condições de esgotamento dos solos, submetendo-se a uma grande transformação tecnológica. Foram bem sucedidos no processo de modernização aqueles que conseguiram assimilar os pacotes tecnológicos introduzidos pela nova política governamental por meio da Extensão Rural, e que conseguiram sobreviver à política de créditos então implantada. Isso aconteceu principalmente com os que tinham maiores extensões de terras de boa qualidade e puderam beneficiar-se dos créditos subsidiados de investimento.

Com a urbanização acelerada neste período, dando origem a um grande número de pequenas e médias cidades, surgia uma grande demanda por produtos alimentares na região. Foi assim que se formou a base dos sistemas produtivos da agricultura familiar, com a cultura do tabaco em Santa Cruz do Sul (RS), no Vale do Itajaí (SC) e Rio Negro (PR), o milho, o feijão, o café e o algodão no norte do Paraná.

Na década de 70, chegaram à região grandes complexos agroindustriais de capital internacional, com base na industrialização da soja, do trigo, de carnes brancas, e na produção de óleos vegetais, introduzindo grande demanda por esses produtos que lhes serviam de matéria-prima. Com isso, aprofundaram-se ainda mais as diferenças de capitalização entre os agricultores familiares.

A maioria dos produtores familiares não reunia condições para enfrentar essas mudanças, como os pequenos proprietários minifundistas, parceiros e arrendatários, sem as condições mínimas de acesso ao sistema de crédito governamental subsidiado.

O êxodo rural foi maior nas décadas de 70 e 80, com a decadência das culturas do café e do algodão no norte do Paraná. Na década de 70, deixaram de existir na região 128 mil pequenas propriedades, e dois milhões de pessoas se deslocaram para as cidades.

Aí se encontram as causas sociais que motivaram o início do processo de mobilização da população rural expulsa das terras, e da luta pela cidadania no campo. Na década de 80, surgiram os acampamentos e ocupações de terras, dando origem aos primeiros assentamentos rurais liderados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST.

A **agricultura familiar** demonstra, nesta região, a sua capacidade de resistência e seu poten-

cial de evolução, tendo se mostrado capaz de responder às inovações propostas pelo poder público, a partir das políticas de crédito rural dos anos 70. Desenvolveram-se também com relativo êxito as cooperativas de crédito de agricultores familiares, organizadas a partir da vinculação de empresas rurais familiares ao capitalismo agroindustrial.

Os dados do Censo de 1995/96, do IBGE, demonstram que a agricultura familiar na região Sul representa 90,5% do total de estabelecimentos rurais da região – a maior proporção entre todas as regiões brasileiras.

Ocupa 43,8% do total da área regional, o primeiro lugar entre as regiões, produzindo 57,1% do valor bruto da produção agropecuária (VBP), na safra de 1995/96.

Os agricultores familiares do Sul receberam 43,3% do total de financiamentos destinados ao setor, naquele ano agrícola, o maior valor entre todas as regiões naquele ano.

Atividade 3

Com um grupo de conselheiros, construa um mapa do Brasil e, utilizando os dados apresentados no texto sobre as regiões, destaque as características que o grupo considerou mais importantes entre elas.

A partir disto, faça um debate sobre as impressões do grupo em relação à agricultura familiar no Brasil.



Em relação ao número total de estabelecimentos familiares no Brasil, o Sul ocupa o segundo lugar, com 21,9%, perdendo apenas para o Nordeste, e o terceiro lugar quanto à área total ocupada pela agricultura familiar em todo o Brasil, com 18%.

No que se refere ao valor bruto da produção agropecuária (VBP) total do país, o Sul apresenta a maior porcentagem entre as regiões, com 47,3%.

Quanto ao financiamento rural destinado à agricultura familiar no Brasil, o Sul está disparadamente na frente, com 55%.

As tabelas 1 e 2 contêm o conjunto dos dados citados na descrição das principais regiões brasileiras.

Tabela 1 - Agricultura Familiar: estabelecimentos, área, VBP e financiamento total segundo as regiões

Região	% estab. s/total	% área s/total	% VBP s/total	% FT s/total
Nordeste	88,3	43,5	43,0	26,8
Centro-Oeste	66,8	12,6	16,3	12,7
Norte	85,4	37,5	58,3	38,6
Sudeste	75,3	29,2	24,4	12,6
Sul	90,5	43,8	57,1	43,3
Brasil	85,2	30,5	37,9	25,3

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96 - IBGE.
Elaboração: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO.
VBP – Valor Bruto da Produção: soma do valor da produção colhida/obtida de todos os produtos animais e vegetais.
FT – Financiamento Total destinado ao setor.

Tabela 2 - Agricultura Familiar: participação percentual das regiões no número de estabelecimentos, área, VBP e financiamento total destinado aos agricultores familiares

Região	% estab. s/total	% área s/total	% VBP s/total	% FT s/total
Nordeste	49,7	31,6	16,7	14,3
Centro-Oeste	3,9	12,7	6,2	10,0
Norte	9,2	20,3	7,5	5,4
Sudeste	15,3	17,4	22,3	15,3
Sul	21,9	18,0	47,3	55,0
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96 - IBGE.
Elaboração: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO.



Como trabalhar a diversidade de situações da agricultura familiar na atualidade



4.1 O que é produção familiar?

A produção familiar quase sempre utiliza vários tipos de combinação entre atividades agrícolas, criação de animais, produção artesanal e outras, formando um sistema de produção diversificado.

Como pudemos ver até agora, várias são as formas pelas quais a produção familiar se apresenta na realidade brasileira atual.

Entretanto, cabe ressaltar as características fundamentais da agricultura familiar em qualquer tempo ou espaço onde ela ocorra. A agricultura familiar tradicional é realizada por uma família que trabalha na terra com todos ou parte de seus membros, para gerar produtos agrícolas alimentares, seja para sua sobrevivência, seja para venda ou troca.

A família é uma **unidade de produção** que não se ocupa apenas da agricultura, mas se dedica a outras atividades que possam complementar suas necessidades de consumo.

Estas outras atividades podem incluir o extrativismo, a pesca, o artesanato, a pecuária, o beneficiamento, que agrega valor comercial aos



O termo ecossistema refere-se ao sistema das relações entre os seres vivos (plantas e animais) no ambiente e com os elementos desse ambiente: solo, água, ar.

produtos gerados nessas atividades. Além disso, ela pode obter renda monetária pelo trabalho assalariado de alguns de seus membros, ou vendendo uma parte de sua produção.

Essas combinações variam muito em cada região, pois elas dependem da história da economia local como um todo, da história de vida de cada família, e do que foi herdado de seus antepassados. Dependem, ainda, das dificuldades ou facilidades que eles encontraram para produzir e se sustentar, em um longo processo, que é passado de geração a geração, de acordo com os hábitos alimentares, culturais, o modo de vida e o ambiente natural em cada região.

Na unidade de produção familiar, quem toma as decisões sobre a produção é a própria família, organi-

zando suas atividades econômicas de acordo com os recursos ambientais, humanos, sociais e culturais disponíveis. Eventualmente pode haver complementação da força de trabalho utilizada, seja pelo pagamento de salário a terceiros, seja pela troca de trabalho com outras unidades familiares.

Tradicionalmente, a produção familiar se encontra inserida numa realidade local comunitária. Essas comunidades transmitem de geração a geração conhecimentos técnicos e produtivos que preservam os recursos naturais, utilizando um conhecimento acumulado sobre os **ecossistemas** locais. A proximidade das relações entre as pessoas (parentes e vizinhos) permite a existência de formas diversas de solidariedade, pela troca de bens e serviços.

As mudanças econômicas e sociais de caráter mundial têm influenciado o papel, a importância e as próprias mudanças de identidade da agricultura familiar. Entretanto, no mundo todo, ela é responsável por parte significativa da produção de alimentos e integração social e organizativa no campo.

Hoje, a agricultura familiar no Brasil corresponde a 85,2% dos estabelecimentos rurais. Embora ocupe apenas 30,5% da área total destinada à produção rural, contribui com 39,5% do valor bruto da produção agropecuária (VBP) nacional. Continua sendo o principal setor que abastece de alimentos o mercado interno, mas sua situação não é das melhores. Ela recebe apenas 25,3% do financiamento total destinado à agricultura. (dados INCRA/FAO - 2000).

Muitas vezes, o agricultor familiar é obrigado a abandonar sua propriedade, indo parar nos centros urbanos. Em outros casos, embora permaneça na terra, os seus filhos acabam indo estudar ou trabalhar na cidade, a maior parte das vezes sem nenhuma intenção de voltar e dar continuidade às atividades até então desenvolvidas pela família.

De um modo geral, é precário o acesso às condições mínimas de qualidade de vida quanto à educação, saúde, lazer e bem-estar, de modo que os moradores do campo enfrentam sérias dificuldades para permanecer com suas famílias no local onde produzem.

Em termos de apoio dos órgãos públicos e do setor financeiro, também a situação do agricultor familiar não é das melhores, sendo muitas vezes dificultado seu acesso ao crédito e a outros benefícios que, para o grande produtor, são facilmente disponíveis.

Assim, ele acaba impossibilitado de competir com as grandes empresas agroindustriais, especialmente com relação às condições para modernização tecnológica e inovações técnicas.

Ele fica mais exposto a todo tipo de flutuações comuns na agricultura, e às imposições dos intermediários, raramente bem intencionados, que se dispõem a comprar ou comercializar o seu produto.

A produção diversificada dos agricultores familiares, geralmente feita em pequenas propriedades e utilizando formas mais artesanais, com produtos voltados essencialmente para o mercado interno, aparece geralmente como a última prioridade das políticas públicas.

Houve um grande esforço de mobilização por parte das organizações dos trabalhadores rurais, como a CUT e a CONTAG, para que novas políticas de apoio à agricultura familiar, como o PRONAF, viessem a ser formuladas, a partir da década de 1990.



4.2 Políticas públicas e reforma agrária no Brasil

Os agricultores familiares enfrentam, ainda hoje, sérios problemas com relação ao acesso à terra e outros recursos naturais importantes como, por exemplo, a água.

Existem, basicamente, quatro formas de acesso à terra:

- a propriedade;
- a ocupação de terras livres ou improdutivas, como nas áreas onde as terras são públicas;
- os assentamentos mediante a desapropriação de áreas improdutivas;
- as diversas formas de dependência do grande proprietário, que variam de região para região.

A história da agricultura familiar pode também ajudar a compreender as **políticas** que o poder público utilizou para organizar as relações sociais no campo, de acordo com os interesses dos diversos grupos e classes em cada período e região.

Até meados do século XX, a economia brasileira era de base agrária e exportadora. Os principais produtos exportados foram a cana-de-açúcar,

o café, o algodão e o cacau, que eram produzidos em grandes propriedades, com força de trabalho escrava e depois assalariada, ou em formas diversas de parceria (moradores, colonos, agregados, vaqueiros, arrendatários).

As relações entre os senhores de terra e seus dependentes e trabalhadores eram bem personalizadas, quer dizer, o patrão conhecia individualmente cada trabalhador. Essas relações foram sempre marcadas pelos favores e pela lealdade dos subordinados, pelo apadrinhamento, gerando o que se costuma chamar de clientelismo, ou coronelismo.

Isto se reflete até hoje nas relações do povo com o poder público, produzindo uma idéia generalizada de que, para ter acesso a condições dignas de vida, é preciso ser protegido do "governo", ou do "patrão" e não ter uma interferência direta ou participação na construção das políticas ou na conquista dos direitos.

Chamamos de Políticas Públicas as leis, decretos e orientações jurídicas que surgem para atender a demandas sociais dos grupos organizados.

Assim, as **políticas públicas de Reforma Agrária** que surgiram ao longo de nossa história refletiram sempre os interesses dominantes dos grandes donos de terras.

Só a partir de 1950, é que teve início um movimento social organizado no campo, capaz de conseguir que o poder público adotasse medidas mais favoráveis a este grupo de trabalhadores. Desde então, a Reforma Agrária no Brasil vem sendo alvo de debates e lutas entre grupos com interesses opostos: grandes proprietários e agricultores familiares ou trabalhadores rurais.

A implantação dos **direitos trabalhistas** no meio rural só ocorreu na década de 60, como fruto das lutas lideradas pelas Ligas Camponesas, no Nordeste, que aliavam as lutas por direitos trabalhistas e reforma agrária, e do surgimento dos sindicatos de trabalhadores rurais, das federações e da CONTAG.

Durante o regime militar (entre 1964 e 1980), os conflitos de terra aumentaram em todas as regiões do país, mas o movimento popular no campo foi duramente reprimido, como em todos os demais setores da vida política nacional. Porém os sindicatos de trabalhadores rurais e a vigência da legislação trabalhista no campo não foram suprimidos. Os movimentos religiosos deram continuidade à luta dos trabalhadores rurais, retomando a direção da CONTAG na década de 70.

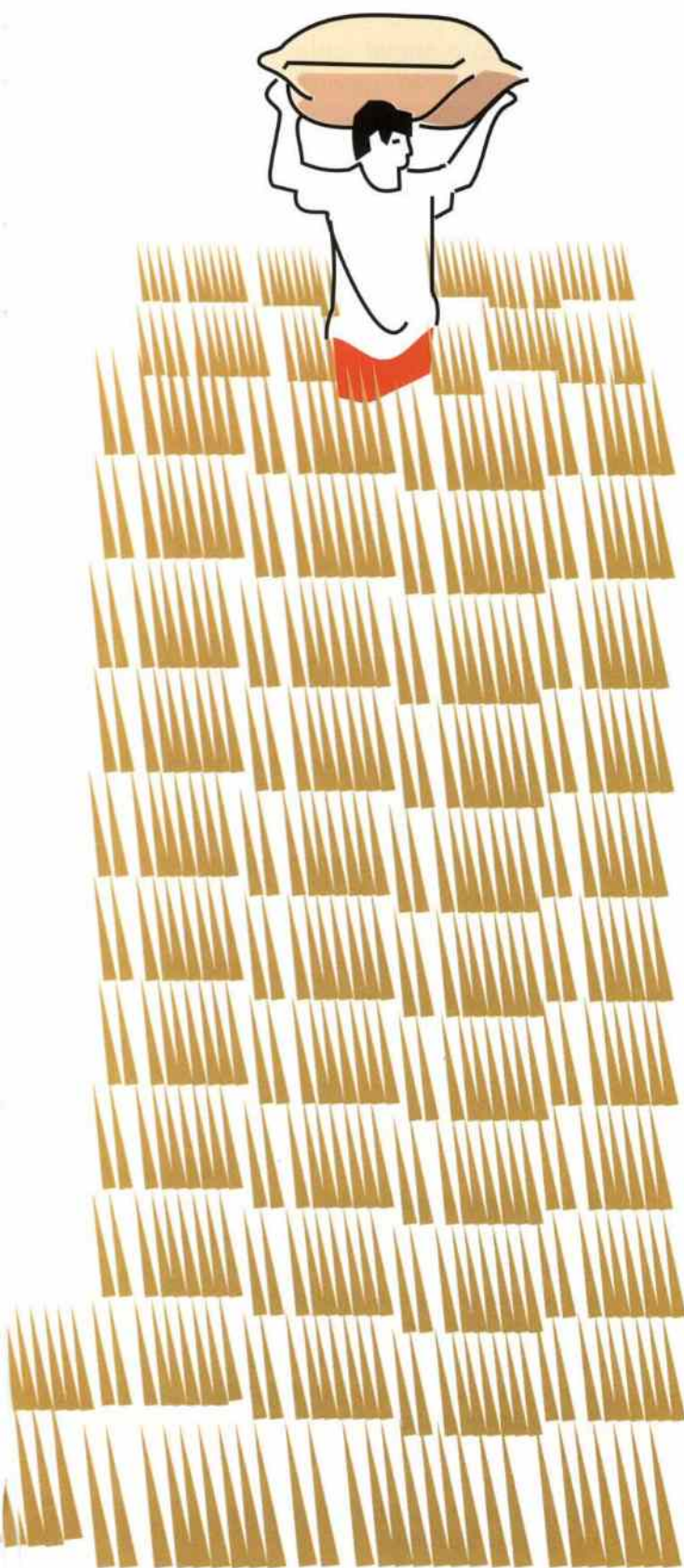
A partir da **década de 60**, as políticas públicas conduziram definitivamente a economia nacional à dependência do capital internacional. Além de oferecer crédito para a formação das novas "empresas rurais", passaram a incentivar a entrada de capitais de grandes empresas. Neste período, intensificou-se a concentração da propriedade da terra.

Diante de tantas pressões, a sobrevivência do agricultor familiar ficou cada vez mais vinculada à necessidade de fortalecimento de sua organização coletiva. Dessa forma, logo que as condições de

As Políticas de Reforma Agrária referem-se às diversas medidas legais estabelecidas pelo poder público, que regulamentam o acesso aos meios de produção na área rural (terra, águas, relações de trabalho, programas de incentivo às atividades produtivas e crédito).

A conquista dos direitos trabalhistas foi alcançada pelo movimento sindical em 1963, com o Estatuto do Trabalhador Rural, que trouxe uma profunda modificação naquelas relações tradicionais de domínio pessoal dos grandes proprietários. Esses direitos garantiram aos trabalhadores do campo: o salário mínimo, o repouso remunerado, o contrato de trabalho formal e a aposentadoria.

O fato marcante na política agrária do regime militar foi o Estatuto da Terra, uma faca de dois gumes. Por um lado, definiu regras para os contratos de arrendamento e parceria, como resposta às reivindicações do movimento sindical. Por outro, incentivou o pacote da Revolução Verde que, como já dissemos, obrigou muitos agricultores familiares a saírem do campo.



abertura política permitiram, a partir da década de 80, os trabalhadores rurais retomaram a sua organização legal, na luta por políticas públicas favoráveis aos seus interesses.

No início da década de 80, com o fim do regime militar, os movimentos sociais no campo voltaram a atuar de modo organizado. Do lado dos trabalhadores rurais, nasceu o Movimento dos Sem-Terra, organizando as primeiras ocupações de terra no Rio Grande do Sul. Por outro lado, os grandes proprietários também se organizaram para impedir que novas posições em favor dos trabalhadores fossem incluídas na Constituição de 1988.

A mobilização de diversos movimentos sociais junto às populações expulsas do campo, ou sem a posse definitiva da terra, e a força política que essas ações trouxeram para o movimento social dos trabalhadores rurais têm sido um dos principais instrumentos de luta política pela reforma agrária em todo o País.

Nos anos 90, o Governo Federal elimina os subsídios ao crédito rural que tinham sido criados na década de 60. Com isso, muitos dos chamados "empresários rurais", que, na verdade se utilizavam da política de crédito rural de modo especulativo, preferiram ceder suas terras para liquidar débitos com o Banco do Brasil. Em todo o país, estas terras foram transferidas ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), sendo a base para a política de assentamentos do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal.

A reforma agrária passa, então, a ser vista de duas maneiras diferentes. Pela elite conservadora, é considerada desnecessária como incentivo ao desenvolvimento econômico, uma vez que o país já se modernizou e vem crescendo economicamente, a partir da opção de modelo econômico feita na década anterior. Nesse sentido, a distribuição de terras seria apenas uma política compensatória, para a qual elas não darão grande contribuição, sabendo-se que o agricultor não tem capital para entrar de maneira competitiva no mercado e acabará abandonando a terra. Segundo esta corrente, é muito caro manter os assentados na terra, pois não há retorno econômico, apenas social.

De outro lado, os movimentos sociais defendem que ao se efetivar a distribuição da terra, esta se torna um capital distribuído. A Reforma Agrária produz, assim, um efeito multiplicador na economia, sustentando o próprio crescimento econômi-

co. Tudo isso só reforça o papel estratégico do campo no **desenvolvimento**.

Cabe considerar que o modelo agrícola da grande propriedade gera impactos sociais tão profundos, que os benefícios do crescimento econômico acabam não atingindo a maior parte da população. Ao contrário, os prejuízos ambientais são distribuídos por todos, cabendo a pior parte aos menos favorecidos. Isto torna este modelo insustentável a médio e longo prazo.

A reforma agrária e o fortalecimento das propriedades de base familiar permitem pensar numa lógica alternativa de produção e distribuição de riquezas, que reduza o impacto social e ambiental das ações humanas.

4.2.1 O novo agricultor familiar gerado pela reforma agrária - o assentado

Algumas contradições se tornam marcantes a partir das recentes políticas de Reforma Agrária, no processo de assentamento de famílias rurais em pequenas propriedades.

Estes assentados têm sido chamados de agricultores familiares pois, embora sejam proprietários recentes, suas condições de produção se assemelham a dos pequenos agricultores já estabelecidos.

Boa parte desses assentados, todavia, são pessoas vindas de áreas urbanas, numa espécie de êxodo invertido. Muitos fizeram parte do êxodo rural das décadas anteriores, e são filhos e netos de antigos agricultores familiares. Este distanciamento do campo e o próprio processo que os levou a abandonar o campo, faz com que muitas dessas pessoas tenham como referência de mundo rural o modelo agrícola da mecanização e da monocultura ou criação extensiva. Além disto, a forma como são organizados os grupos de assentados, sem necessariamente terem constituído um vínculo social, leva a situações de conflitos internos e desorganização que dificultam o processo de fortalecimento grupal e a construção de vínculos de solidariedade necessários à agricultura familiar.

Neste sentido, pode-se dizer que existem diferenças entre os grupos, dependendo da origem e da forma como chegam a conquistar suas terras. No geral, o processo de reforma agrária tem como **desafio** ser mais do que a simples distribuição da terra.

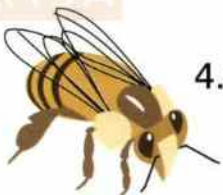
Segundo alguns especialistas, não é possível separar crescimento econômico e social, pois desenvolvimento implica necessariamente na sintonia entre esses dois aspectos.

Para isso é preciso haver assistência técnica e social adequadas, e um amplo processo de educação do campo, voltado para um outro modelo de desenvolvimento, com base na capacidade de diversificação que é própria da agricultura familiar.

A extensão social torna-se um aspecto imprescindível no acompanhamento dos grupos assentados, visando dar apoio ao processo de construção da identidade do agricultor familiar, em suas dimensões individual, familiar e grupal, da capacidade de planejar e avaliar os processos vividos, para evitar que condições desfavoráveis acabem levando ao endividamento e à perda da terra no futuro.

Também é de fundamental importância que os assentados participem efetivamente da construção do projeto de assentamento, e que este esteja em sintonia com o planejamento do município.

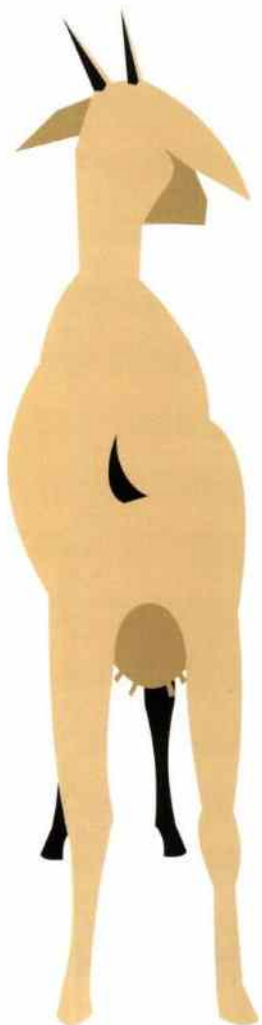
Um grande desafio do processo de reforma agrária é ser mais do que a distribuição da terra. É ser um processo de apoio político, econômico e social ao novo agricultor que se instala. Ele precisa de crédito e condições para iniciar e dar continuidade à sua produção, porém, acima de tudo, precisa construir, ou reconstruir, sua identidade de agricultor familiar.



4.3 O fortalecimento da agricultura familiar

A agricultura familiar volta atualmente a ser alvo de preocupação dos planos de governo, com o reconhecimento de que ela é estratégica para o desenvolvimento nacional. O fortalecimento da agricultura familiar tem sido cada vez mais considerado como fundamental para a construção e sustentação de um novo modelo de agricultura no Brasil, mais flexível e com foco no abastecimento do mercado interno.

Neste sentido, devem ser observados aspectos políticos e econômicos, de organização da produção e tecnológicos, sociais e educativos. Outro aspecto fundamental diz respeito aos papéis que as mulheres podem desempenhar para esse fortalecimento da agricultura familiar. Estes tópicos são, portanto, abordados a seguir.



A diversificação de produtos, o seu beneficiamento em pequenas agroindústrias e a incorporação de atividades como a criação de animais (galinhas, porcos, patos, abelhas, vacas e cabras), o artesanato e o turismo são possibilidades de obter uma circulação de renda constante que faça frente às despesas mais freqüentes da família. Outra possibilidade é pensar linhas de crédito que possam dar conta de antecipar para o agricultor parte do montante que ele precisará para a sua manutenção.

4.3.1. Aspectos políticos e econômicos

4.3.1.1 A geração de renda

Pensar a agricultura familiar é, em primeiro lugar, pensar condições de produção para o agricultor. Contudo, as necessidades de um agricultor não param naquilo que ele necessita para produzir. Ele e sua família são também consumidores demandando outros itens como: alimentos; material de construção; uniformes e livros escolares para os filhos; roupas; louças; móveis; aparelhos eletrodomésticos e tratamento médico e odontológico.

Como cidadão ele precisa ter uma renda mensal que lhe permita fazer frente a estas necessidades. Tendo em vista que a produção agrícola costuma ter uma fase maior de gastos no início e apenas no final do ciclo é que os produtos agrícolas darão retorno, é necessário pensar alternativas de **geração contínua de renda** para os estabelecimentos familiares.

4.3.1.2 O crédito

Um dos aspectos importantes para que o agricultor possa produzir, gerar renda e viver uma vida de qualidade é que ele tenha acesso ao crédito. Sendo a agricultura uma atividade que demanda um investimento inicial geralmente significativo e cujo retorno só virá depois de algum tempo, os agricultores, precisam ter um apoio para esse investimento inicial. Dadas as condições de risco e os diversos problemas que eles poderão enfrentar, tanto com relação à incertezas na produção, como as dificuldades de comercialização e as oscilações de mercado, é necessário que estes agricultores possam contar com alguns créditos compatíveis com a sua situação real em termos de taxas de juros, possibilidades de pagamento e outros. A falta dessas condições pode acarretar dificuldades de produção ou jogar o agri-



cultor em uma situação de endividamento que, na prática, signifique a necessidade de abandonar o estabelecimento. Assim, tanto o setor público como o privado e mesmo as organizações de produtores precisam criar alternativas para viabilizar essa produção por meio de linhas específicas de financiamento ou políticas, lembrando que nem todos os agricultores familiares encontram-se na mesma situação com relação ao seu nível de capitalização e condições de investimento.

No Brasil podemos distinguir, segundo pesquisas, três categorias de agricultores familiares:

- consolidados, ou aqueles que já têm um certo grau de capitalização e possibilidade de investimentos;
- em transição, que vivem da agricultura mas ainda não em condições de investir;

- em exclusão, que não têm renda suficiente para dar conta do próprio estabelecimento.

Cada categoria de agricultores tem as suas próprias demandas e condições e uma política de crédito tem que pensá-los nessa perspectiva.

A mais recente política de crédito voltada para a agricultura familiar é o PRONAF, que surgiu em 1996. Este Programa considerou a diversidade de tipos de unidades agrícolas familiares, permitindo a inclusão de novos atores individuais e coletivos, que até então estavam excluídos do acesso ao crédito rural.

No artigo quinto do decreto 3.991, de 30 de outubro de 2001, que dispõe sobre o PRONAF, são considerados agricultores familiares e passíveis de receber seus benefícios:

Tabela 3. Dimensões dos módulos fiscais

Tamanho do Módulo Fiscal (ha)	Total de municípios por tamanho do módulo fiscal					Brasil
	Região Norte	Região Nordeste	Região Sudeste	Região Sul	Região Centro-Oeste	
5	1	5	28	2	1	37
7	4	24	38	13	2	81
10	1	23	63	4	0	91
12	0	15	74	89	0	178
14	0	43	52	46	0	141
15	0	16	0	0	1	17
16	0	46	108	118	4	276
18	0	9	53	326	0	388
20	0	95	237	447	36	815
22	0	5	96	32	17	150
24	0	2	124	45	7	178
25	0	4	2	21	0	27
26	0	11	86	0	5	102
28	0	5	57	14	2	78
30	0	150	347	4	59	560
35	0	177	71	23	38	309
40	0	87	86	5	38	216
45	0	42	0	0	34	76
50	11	114	46	0	23	194
55	45	214	0	0	1	260
60	52	165	25	0	46	288
65	6	172	70	0	0	248
70	58	286	5	0	25	374
75	39	69	0	0	0	108
80	167	6	0	0	59	232
90	0	6	0	0	25	31
100	65	0	0	0	38	103
110	0	0	0	0	2	2
Total	449	1791	1668	1189	463	5560

Fonte: INCRA/SD/SDTT

"todos aqueles que explorem e dirijam estabelecimentos rurais na condição de proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros, comodatários ou parceiros, desenvolvendo naqueles estabelecimentos atividades agrícolas ou não agrícolas e que atendam, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I. não possuam, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, quantificados na legislação em vigor;
- II. utilizem predominantemente mão-de-obra da família nas atividades do empreendimento ou estabelecimento;
- III. residam no próprio estabelecimento ou em local próximo.

Parágrafo único: São também beneficiários do Programa os aquicultores, pescadores artesanais, silvicultores, extrativistas, indígenas, membros de

comunidades remanescentes de quilombos e agricultores assentados pelos programas de acesso à terra do Ministério do Desenvolvimento Agrário."

Assim, podemos perceber que o programa tem uma perspectiva ampla das atividades familiares, permitindo que uma gama significativa de categorias de produtores possam ser incluídos nesse processo de fortalecimento. Isto decorre de uma visão de desenvolvimento que implica em um espaço rural diversificado, onde a família tenha gestão sobre seu empreendimento. Também visa atingir especificamente a pequena propriedade, considerando a diversidade regional em termos de dimensões.

Na tabela 3 é fornecida a distribuição dos municípios segundo as dimensões dos módulos fiscais.

O módulo fiscal corresponde a área de terras necessária e suficiente para uma família de agricultores produzir e se desenvolver.

O tamanho dessa área varia de município para município em função da qualidade das terras, da sua localização geográfica, da proximidade e acesso aos mercados e dos sistemas de produção predominantes.

Atividade 4

1. Compare os dados referentes a cada região, apresentados na Tabela 3, e relacione-os com as informações existentes neste caderno.
2. Pesquise qual o tamanho do módulo fiscal do seu município.
Esta informação poderá ser encontrada na Prefeitura, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, ou no serviço de extensão rural.
3. Faça um debate sobre a adequação do módulo fiscal do seu município às necessidades da produção familiar, considerando os critérios de definição do módulo fiscal já apontados (qualidade das terras, localização geográfica, proximidade e acesso aos mercados e sistemas de produção predominantes).



No grupo A estão os agricultores beneficiados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária; no grupo B estão aqueles com renda familiar até R\$1.500,00, excluídos os proventos de aposentadoria rural; no grupo C estão os agricultores com renda bruta familiar anual entre R\$1.500,00 e R\$ 10.000,00, e que não possuem empregados permanentes; no grupo D estão aqueles com renda familiar entre R\$ 10.000,00 e R\$ 30.000,00, com mínimo de 80% da renda proveniente de atividades ligadas ao campo, e que possuem até dois empregados permanentes.

Para concessão de crédito, o PRONAF distingue quatro **grupos de agricultores familiares**: os do tipo A, B, C e D. Cada grupo tem direito a um montante diferenciado e também a condições de pagamento específicas.

O crédito pode ser individual, para grupos de produtores, ou coletivo, quando sua finalidade é coletiva. Há também modalidades específicas para cooperativas e pequenas agroindústrias, bem como o crédito rotativo, integrado, e o PRONAF Agregar.

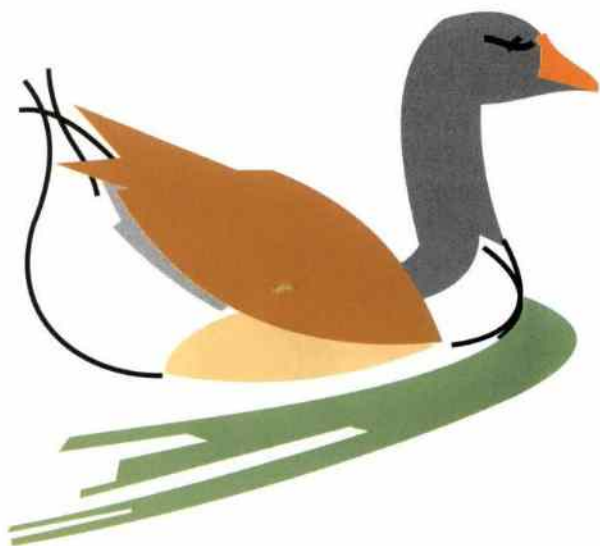
O Quadro 1 fornece um detalhamento dos dados desse processo.

Para efeito da nossa discussão sobre fortalecimento da agricultura familiar, cabe aqui ressaltar

Quadro 1: Quadro comparativo das modalidades de crédito do Pronaf

	Grupo "A"	Grupo "B"	Grupo "C"		Grupo "D"		Rotativo	Integrado	Agregar
Taxa de juros (%)	1.15 (Investimento)	1.0 (Investimento)	4.0 com bônus de 1.0 para pagamento em dia (Investimento)	4.0 (Custeio)	4.0 com bônus de 1.0 para pagamento em dia (Investimento)	4.0 (Custeio)	4.0 (Custeio)	4.0 com bônus de 1.0 para pagamento em dia	4.0 com bônus de 1.0 para pagamento em dia
Rebate	40% sobre o principal para pagamento em dia	40% sobre cada parcela	R\$ 700,00 sobre o saldo devedor (Exclusivo grupo)	R\$ 200,00 na última parcela	—	—	—	—	—
Limite	De R\$ 3 mil a 13 mil	Até R\$ 500,00	De R\$ 1,5 mil a R\$ 4 mil	De R\$ 500,00 a R\$ 2 mil	Até R\$ 15 mil	Até R\$ 5 mil	Até R\$ 5 mil para o Grupo "D" e R\$ 2 mil para o Grupo "C"	Até R\$ 200 mil com R\$ 5 mil por beneficiário	R\$ 15 mil por beneficiário
Prazo de pagamento	10 anos até 5 de carência	2 anos até 0,5 de carência	8 anos até 5 de carência	Até 2 anos	8 anos até 5 de carência	Até 2 anos	Até 2 anos	8 anos até 5 de carência	8 anos até 5 de carência
Beneficiário	Assentados	Renda bruta até R\$ 1,5 mil	Renda bruta de R\$ 1,5 mil até R\$ 10 mil	O mesmo	Acima de R\$ 10 mil até R\$ 30 mil	O mesmo	Grupos "C" e "D"	Cooperativas, associações e outros	Grupos "C" e "D"

Obs.: todas as modalidades estão sujeitas à equivalência em produto, exceto rotativo e grupo "B"



Em algumas regiões, os agricultores familiares têm encontrado formas de gerenciar seus próprios recursos e a distribuição de recursos públicos por meio das cooperativas de crédito.

4.3.1.2.1 O que é uma cooperativa de crédito?

O sistema de crédito rural oficial funciona por meio da rede de bancos comerciais, públicos e privados.

Ele tem demonstrado ser inadequado para financiar o desenvolvimento da agricultura familiar, pois os produtores familiares não movimentam grandes somas e os custos de operação se tornam elevados para os padrões de lucratividade dos bancos.

O Banco do Brasil teve um papel importante no crédito rural nas décadas de 70 e 80, mas tem reduzido suas operações de crédito popular.

Embora o movimento social ligado à economia agrícola familiar tenha conseguido várias conquistas nas políticas públicas, continua a haver muita dificuldade para que os agricultores tenham acesso ao crédito. Além disso, mais de 40% dos municípios brasileiros não possuem agência bancária.

A cooperativa de crédito é uma associação ao mesmo tempo igual e diferente de um banco convencional. É igual porque oferece os mesmos serviços que este:

- financia a produção e investimentos;
- fornece talão de cheques;
- cobra contas;
- oferece opções de aplicação.

Porém, é diferente de um banco convencional, porque:

- os proprietários são os próprios associados;
- não precisa ter lucro para funcionar, basta poder saldar seus compromissos de manutenção;
- os custos são divididos entre os associados;
- os recursos arrecadados são investidos na própria agricultura familiar;
- são pouco burocratizadas, oferecendo maior facilidade na relação com o produtor associado.

que o PRONAF, enquanto programa de crédito, é uma importante conquista para os agricultores familiares, por duas razões fundamentais:

- por ampliar o leque de pessoas que podem ser beneficiadas por ele, estimulando a diversidade no campo e a fixação das diversas categorias de produtores;
- por estabelecer condições compatíveis com a situação e as possibilidades de pagamento (taxas de juros, rebate, equivalência produto) dos agricultores familiares, reduzindo a perspectiva do endividamento, que tem causado tantos problemas para esta categoria.

Além disto, o PRONAF, sendo um política dinâmica, sofre constante avaliação e interferência dos próprios agricultores familiares e suas organizações, tem condições de incorporar a lógica da produção familiar e de um novo modelo de desenvolvimento para o campo.

Por outro lado, as grandes dificuldades ainda enfrentadas pelos agricultores, com relação ao PRONAF, dizem respeito ao relacionamento com os bancos e com o gerenciamento técnico do programa, setores que algumas vezes têm dificuldades em incorporar essa nova concepção nos seus procedimentos do dia-a-dia.

A ampliação da capacitação e das pressões sociais são fundamentais para que estas mudanças na mentalidade bancária e gerencial se efetivem.

As cooperativas de crédito são reguladas pela lei 5764/71 e autorizadas pelo Banco Central, por meio de algumas resoluções que estabelecem as regras quanto aos controles, auditorias, responsabilidades (resolução 2554) e quanto à sua função e funcionamento (resolução 2608).

A cooperativa não é uma organização que elimina a relação com os bancos. Na verdade, ela é uma investidora. Entretanto, ao articular um grande número de produtores, torna-se um investidor de maior porte, o que facilita sua negociação com os bancos que já passam a ver esta interação como mais lucrativa. Ao mesmo tempo, ela fica mais forte para negociar melhores condições, para escolher os bancos que ofereçam melhores taxas de serviços e para negociar condições que um pequeno agricultor isolado teria dificuldades de obter. Simultaneamente, facilita as relações do agricultor com o sistema financeiro, pois seu atendimento muda de qualidade e as condições que lhe são ofertadas são melhores, já que ele é o patrão.

Isto não significa que seu papel seja meramente fazer a intermediação com os bancos. As cooperativas têm autonomia nas atividades que desenvolvem. Algumas são captadoras de recursos públicos, inclusive os de crédito do PRONAF. Outras captam recursos internacionais e de outras fontes. Entretanto a lógica do cooperativismo vai além da captação de recursos externos ao grupo. Ela passa, principalmente, por uma captação de recursos dos próprios cooperados e redistribuição solidária.

Além dessas vantagens, a cooperativa tende a manter os recursos do município no próprio município, ajudando a incrementar a economia local.

A organização das cooperativas numa perspectiva solidária tem algumas premissas importantes a serem observadas para que efetivamente funcionem:

- O principal recurso financeiro do processo deve ser a poupança dos agricultores familiares que compõem o grupo, podendo haver outros recursos complementares;
- Os empréstimos ou recursos devem ser organizados em programas solidários, isto é, todos contribuem para que o recurso esteja disponível para quem necessitar mais dele.

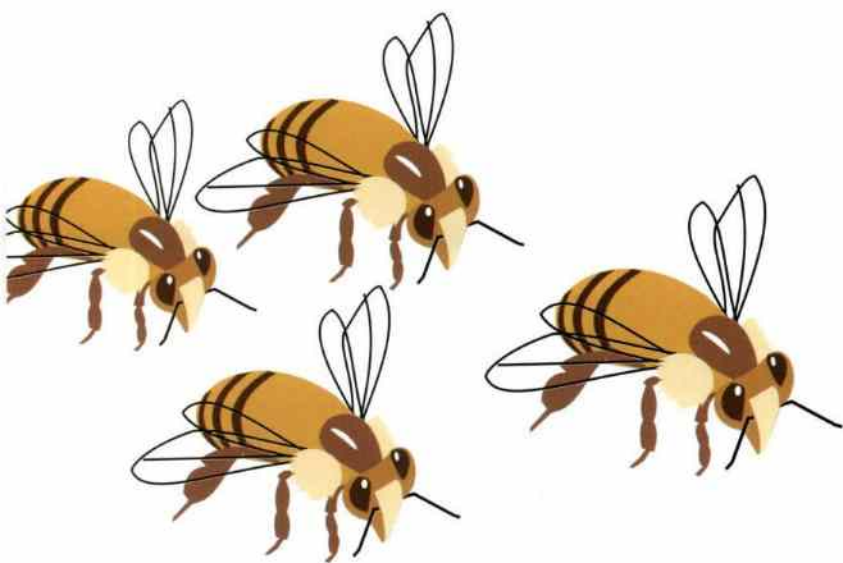


- As dívidas devem ser saldadas dentro das condições estabelecidas pelo grupo. Mesmo em caso de dificuldades, o agricultor deve negociar com o grupo uma forma de quitar a dívida o mais rápido possível.

Algumas questões dificultam a criação e a manutenção dessas entidades. Entre elas três se destacam:

- as grandes dificuldades financeiras enfrentadas pelos agricultores familiares e a pequena renda gerada nem sempre possibilitam a formação de uma poupança. Assim os recursos externos ganham um peso muito grande;
- o pensamento coletivo e solidário é pouco comum na cultura individualista, na qual cada um só pensa em resolver o seu próprio problema, o que dificulta a construção coletiva e os programas solidários;
- em muitos casos, há uma tendência daqueles que fazem empréstimos a vê-los como um auxílio cujo pagamento pode ser prorrogado indefinidamente. No caso das cooperativas, este comportamento pode levar à falência da instituição.

Cabe, então, ao grupo de cooperados criar, de forma participativa, mecanismos para que esses problemas não atrapalhem o processo.



Um exemplo bem sucedido de ação cooperativa na área de crédito é o sistema Cresol do Sul do país.

4.3.1.2.2 O Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito Rural

Foi com a intenção de criar uma alternativa para as dificuldades enfrentadas com o sistema bancário que as organizações de agricultores familiares deram início a experiências de crédito rotativo, tendo surgido daí o Sistema de Crédito Solidário (Cresol) de Cooperativas de Crédito Rural.

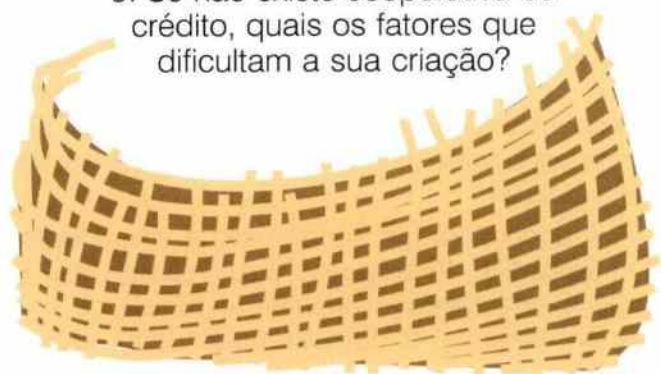
O Cresol é um sistema integrado de cooperativas de crédito rural com interação solidária. O sistema é formado por uma rede de diversas entidades ligadas à promoção do desenvolvimento da agricultura familiar. Ele articula: famílias agricultoras, escolas rurais, sindicatos, pequenas agroindústrias, organizações profissionais, e outras entidades ligadas à promoção do desenvolvimento no campo, tendo o crédito rural como um de seus pilares.

Há o cuidado de trabalhar sempre com grupos de pequenas cooperativas, e de não permitir a formação de organizações de grande porte. Isto se deve a experiências anteriores, nas quais o cooperativismo acabou gerando grandes organizações que serviram apenas para privilegiar alguns grupos, em detrimento da maioria.

Atividade 5

Faça uma pesquisa na sua região e descubra:

1. De que recursos de custeio e investimento os agricultores familiares dispõem para financiar sua produção?
2. Como esses recursos são gerenciados?
3. Como tem sido o acesso dos agricultores familiares a esses recursos?
4. A atuação dos bancos tem fortalecido a agricultura familiar na sua região?
5. Há representantes dos bancos no conselho? Em caso afirmativo como tem sido sua contribuição para o planejamento do desenvolvimento do município?
6. Em caso negativo, o que tem impedido essa participação?
7. O município dispõe de cooperativa de crédito? Como ela funciona?
8. Há representantes da cooperativa no Conselho? Como tem sido a sua contribuição para o planejamento do desenvolvimento no município?
9. Se não existe cooperativa de crédito, quais os fatores que dificultam a sua criação?



É um grande desafio pensar na criação de alternativas econômicas para o fortalecimento e autonomia da agricultura familiar. As experiências em andamento têm demonstrado que há caminhos possíveis, mesmo que, muitas vezes, seja necessário andar na contramão da lógica econômica vigente.

4.3.2. Organização da produção e tecnologia

Outros aspectos importantes para o fortalecimento da agricultura familiar dizem respeito à compatibilidade entre os objetivos e a organização da produção, as tecnologias utilizadas para viabilizá-los e a assistência técnica e social, necessárias para lhe dar suporte.

É de extrema importância que, tanto em termos políticos, como sociais e econômicos, a agricultura familiar defina os objetivos norteadores de seu fortalecimento. Um dos possíveis objetivos diz respeito à **segurança alimentar** no País.

Isto significa que não se trata de garantir qualquer tipo de alimento, mas alimentos saudáveis, isto é, adequados às necessidades nutricionais das diversas faixas etárias, e de acordo com os hábitos alimentares de cada região.

Por outro lado, a qualidade da produção destes alimentos deve estar de acordo com os princípios de sustentabilidade ambiental e social, de forma que as famílias também possam garantir o direito de reprodução das gerações futuras, por meio da preservação dos recursos naturais disponíveis e da transmissão de condições físicas, culturais e sociais saudáveis, de uma geração a outra.

A agricultura familiar tem um papel estratégico na segurança alimentar. Ela presta um grande serviço à sociedade como um todo, pelo fato de ter relação direta e fundamental com a produção primária de alimentos básicos da população e também porque promove a distribuição de renda entre o maior número de famílias rurais produtoras. É, ainda, responsável pela reabsorção no campo de uma parcela significativa da população que antes migrou para a cidade.

A agricultura familiar apresenta um modelo de organização da produção e do trabalho que a torna especialmente favorável à conquista da segurança alimentar e da sustentabilidade sócio-ambiental.

O termo "segurança alimentar" se refere à condição de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente a toda a população de um país.

É bom lembrar que a superação desses preconceitos tem a ver com a capacidade de re-valorizar a herança de conhecimentos deixada por nossos ancestrais indígenas e negros, já que muitas dessas novas propostas alternativas recuperam princípios básicos dessas tecnologias ancestrais.



Nesse modelo de organização da agricultura familiar, destacam-se:

- a orientação para o atendimento das necessidades da família e para o cuidado com o potencial produtivo do meio natural, visto como patrimônio familiar (ao contrário da orientação para a maximização da rentabilidade do capital e para o lucro a curto prazo);
- a valorização da diversidade (policultivo e criações), por ser uma unidade ao mesmo tempo de produção e de consumo;
- a capacidade de incorporar a necessidade de cuidados técnicos de manejo, pelo fato de que quem toma as decisões é também quem trabalha na terra;
- a tradição cultural que transmite conhecimentos sobre o meio físico e práticas de manejo adequadas, gerando uma ética de pertencimento que valoriza os potenciais da natureza e deseja transmiti-los às gerações futuras.

Optar pela segurança alimentar como um objetivo implica repensar as alternativas tecnológicas de produção que têm sido apresentadas para o agricultor familiar, incorporando novas alternativas com menor custo financeiro e ambiental.

Nesta perspectiva, é necessário e urgente que tanto o produtor como o extensionista superem alguns **preconceitos**, e comecem a valorizar outras alternativas, como a agricultura orgânica, a biodinâmica, a formação de agro-ecossistemas e a permacultura.

Uma das alternativas que vem despontando como opção viável para os agricultores familiares é a permacultura, por tratar a produção agrícola numa ótica em favor da natureza, considerando o homem como um dos elementos que a compõem.



4.3.2.1. Permacultura

A **permacultura** é um sistema de regras para a criação de ambientes humanos sustentáveis. É uma filosofia de trabalho com (e não contra) a natureza.

Esse sistema se aplica a todas as modalidades de práticas sobre o meio ambiente, partindo da idéia de que a atividade humana deve se inserir de modo harmônico e equilibrado nos processos naturais.

Nessa concepção, o ser humano é visto como um componente entre os diversos elementos da natureza, e o planeta é visto como uma comunidade organicamente entrelaçada de plantas, animais e micro-organismos, que sustenta todas as formas de vida.

As principais orientações adotadas pelo sistema da permacultura são:

- utilização da energia que já está fluindo na natureza (o sistema provê a sua própria energia), com baixo consumo energético;
- produção sem desperdício;
- construção de sistemas produtivos interligados;
- preservação da diversidade, fertilidade e estabilidade dos processos naturais.

As soluções buscadas para os problemas consideram tanto os conhecimentos tradicionais, baseados na observação dos sistemas naturais locais, quanto a tecnologia da ciência moderna.

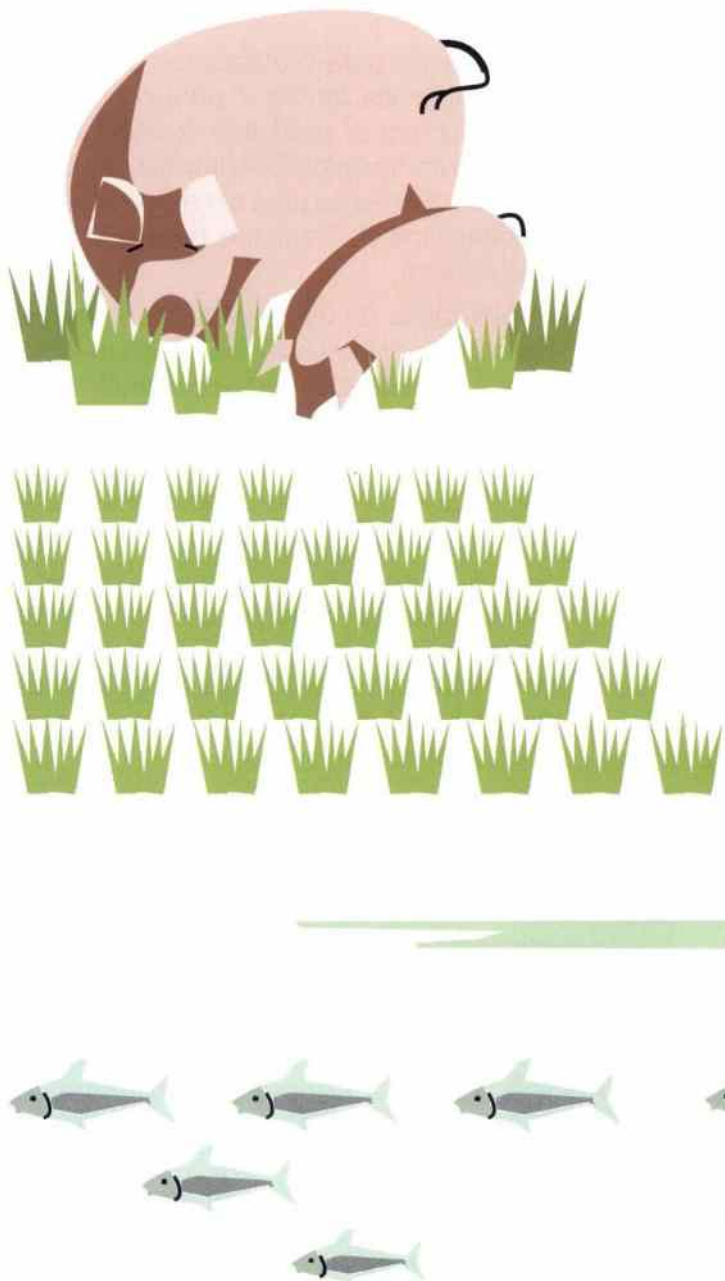
O objetivo final é sempre encontrar soluções ecologicamente corretas e economicamente viáveis, que não explorem nem poluam o ambiente, e sejam sustentáveis a longo prazo.

Esses princípios se aplicam não apenas à agricultura, mas a todos os aspectos da vida humana: o corpo, a mente, a família, a casa, a comunidade e a natureza. Só é possível aplicar os princípios da permacultura se as pessoas envolvidas se guiarem por essa ética.

Seus principais pontos são:

- reconhecimento de que todos os seres vivos têm valor em si mesmos e devem ser respeitados por isso, independente de seu valor comercial, pois cada um está fazendo a sua parte na conservação da natureza;

O termo Permacultura significa "cultura permanente", e foi criado na década de 70, a partir das pesquisas sobre agricultura sustentável do cientista Bill Mollison.



- cuidado com a Terra, isto é, com todas as coisas vivas, para que as atividades humanas promovam a conservação e o uso correto dos recursos;
- cuidado com as pessoas, para que sejam supridas as necessidades básicas de alimentação, abrigo, educação, saúde, satisfação no trabalho e relações humanas saudáveis; é preciso que as pessoas estejam em harmonia com o sistema em todos esses aspectos;
- doação dos excedentes (sobras de tempo, dinheiro e energia), para que outros grupos humanos alcancem também os objetivos do sistema.

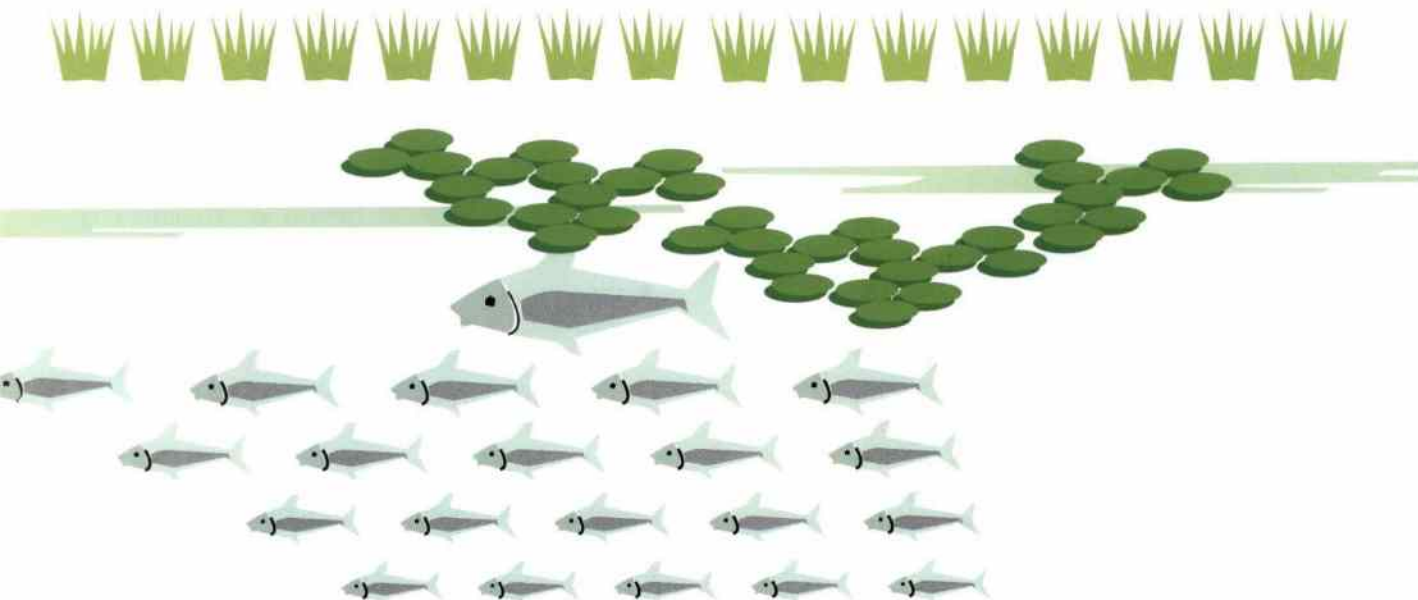
A partir da aplicação dessa ética, surgem algumas formas de ação que já se mostraram adequadas para os objetivos da sustentabilidade.

São elas:

- pensar a longo prazo sobre as consequências de nossas ações, ou seja, planejar a sustentabilidade;
- utilizar sempre que possível as espécies nativas, ou avaliar com muito cuidado a introdução de novas espécies, para não romper o equilíbrio natural da área;

- cultivar a menor área possível, por meio de sistemas intensivos, eficientes em energia e em pequena escala;
- praticar a diversificação de culturas para gerar estabilidade e facilidade de acompanhar as mudanças ambientais, econômicas ou sociais;
- pensar no aumento crescente da produção total do sistema (soma total de produtos), incluindo plantas anuais e perenes, plantações, árvores e animais, além da energia economizada;
- usar sistemas biológicos (plantas e animais) e ambientais (sol, vento e água) de baixo consumo energético, para conservar e gerar energia;
- ajudar as pessoas a se tornarem auto-suficientes e promover a responsabilidade comunitária;
- reflorestar a terra e restaurar a fertilidade do solo;
- utilizar tudo até o máximo e reciclar todos os detritos;
- ver soluções, não problemas.

Dentro dessa perspectiva, a extensão rural passa a ocupar um papel fundamental. O extensionista deve pesquisar com os agricultores familiares as alternativas mais sustentáveis para cada situação, promovendo o intercâmbio entre o saber local e o conhecimento técnico-científico.





É, também, importante que os jovens possam, mesmo quando não queiram seguir atividades estritamente rurais, ser incluídos nos seus municípios, afinal a vida no campo também necessita de professores, médicos, administradores, técnicos em informática, em contabilidade, biólogos e tantos outros profissionais que ajudem a construir o suporte para um novo mundo rural.

4.3.3. Aspectos sociais e educativos

Outros aspectos a se considerar para o fortalecimento da agricultura familiar são a questão da continuidade da unidade de produção rural, a partir do interesse e da permanência da família no campo. Nesse contexto, a sucessão familiar e a educação assumem papel preponderante.

Para que a propriedade familiar rural tenha continuidade, é preciso que os filhos assimilem o projeto dos pais e tenham condições de fazê-lo. Se a família só tem um filho, a herança é dele e não há problemas sucessórios. Esta, porém, é uma situação rara.

Na maioria das vezes, as famílias rurais têm mais de um filho e, neste caso, diversas situações podem acontecer e as questões sucessórias se colocam.

Segundo estudos feitos no campo por pesquisadores em áreas do Sul do país, até os anos 60 uma das formas de resolver a questão sucessória era o minorato, isto é, a propriedade ficava com o filho mais novo e os demais eram orientados e ajudados pelos pais para obter novas propriedades, especialmente nas fronteiras agrícolas. Hoje este esquema já não é mais tão comum, e esta falta de referência tem gerado confusões neste processo.

Em consequência, várias questões estão colocadas:

- Se todos querem permanecer no campo, como dividir a propriedade garantindo que ela tenha tamanho mínimo e condições de gerar renda para todos?
- Se alguns querem ir embora, como dividir a herança sem acabar com o estabelecimento rural?
- Se há filhos e filhas quem têm prioridade na sucessão, e como é dividido o patrimônio?
- Se as filhas querem permanecer no campo, que condições são oferecidas a elas em termos de condições de trabalho e participação na tomada de decisões?

Uma das opções possíveis é o desenvolvimento de **novos papéis** dentro da propriedade ou próximo a ela que permitam que os outros filhos sejam incluídos. Como exemplo podemos citar as seguintes: computação ligada à administração rural;

monitoramento dos processos de comercialização; atividades agroindustriais que agreguem valor aos produtos, ou atividades complementares como turismo rural, artesanato e outras; e coordenação de atividades associativas, ou de gestão coletiva.

É preciso que o sucesso da propriedade familiar possa ser visto como um objetivo de toda a família, e que suas atividades sejam desenvolvidas de tal forma que incluam todos, ou boa parte dos seus membros. Para isto, a compreensão dos novos papéis dos jovens e das mulheres nas famílias e nas associações é fundamental.

Sem dúvida é preciso, também, pensar num planejamento familiar em que o número de filhos não seja excessivo, para que todos os que queiram possam permanecer, e para que a terra seja suficiente.

Estudos têm demonstrado que os jovens querem permanecer no campo e nas suas regiões de origem, desde que tenham condições de desenvolver atividades que ajudem a melhorar sua qualidade de vida.

Quanto às moças, seu objetivo principal era tradicionalmente o casamento, muitas vezes feito dentro do grupo familiar, para manter o padrão da propriedade.

Com as mudanças comportamentais das mulheres em todo o mundo, estes padrões já não são aplicados, e já não satisfazem à maioria das moças. Hoje, elas apresentam maior tendência de deixar o campo, onde, além das atividades serem mais pesadas e cansativas, também não lhes é dado poder de decisão, de forma que na cidade elas tendem a encontrar melhores condições de vida. Isto acaba aumentando o êxodo rural das jovens e tornando o campo um espaço mais masculinizado, dificultando a reprodução das famílias e, conseqüentemente, comprometendo o futuro da agricultura familiar.

Neste sentido, atividades não agrícolas e novas formas de organização do poder com maior **participação da mulher** podem tornar o campo mais atraente para as mulheres, fortalecendo sua participação e melhorando sua qualidade de vida.

Em todos esses casos, a educação tem um papel fundamental. Ela ajuda a melhorar as condições de trabalho e de diálogo para encontrar a solução dos problemas, aumentando também a possibilidade de que os jovens possam encontrar seu caminho dentro da própria região. A experiência acumulada com a **pedagogia da alternância** tem se mostrado interessante e as experiências



Há muitas atividades, especialmente as ligadas às pequenas agroindústrias, em que as mulheres vêm desempenhando um papel fundamental. O estímulo e o reconhecimento dessas atividades podem ser uma forma de abrir um novo espaço para que a mulher construa uma nova identidade rural.

Neste tipo de pedagogia, o jovem divide seu tempo entre uma escola em que aprende conteúdos ligados às atividades rurais e a propriedade rural onde exercita seu aprendizado.

feitas pelos sindicatos e movimentos sociais, com a educação do campo, têm demonstrado também a sua importância neste processo.

É importante considerar que não só o conhecimento transmitido pela escola deve ser considerado na valorização da educação do campo. Muitos conhecimentos que compõem o saber camponês tradicional podem e devem ser incorporados na construção dessa nova identidade do agricultor familiar.

4.3.4 O papel da mulher no fortalecimento da agricultura familiar

A agricultura passou a ser uma atividade humana há aproximadamente 12 mil anos. Uma das fortes hipóteses levantadas pelos estudiosos dessa época indica que as atividades agrícolas eram essencialmente de responsabilidade feminina na sua origem. Foram as mulheres que observaram que os grãos jogados na terra brotavam, gerando novas plantas e que este processo poderia ser orientado pelo ser humano para satisfazer algumas de suas necessidades alimentares básicas.

Segundo estas teorias, enquanto os homens se envolviam com a caça, a pesca e outras atividades do gênero, as mulheres cultivavam os cereais e outras plantas, trazendo consigo seus filhos pequenos e, muito possivelmente, ajudadas pelos filhos maiores. De certa forma, podemos dizer que a agricultura familiar começa com a mulher e seus filhos desenvolvendo atividades agrícolas.

Ainda hoje, entre os nossos indígenas, esta realidade das mulheres vinculadas ao cuidado com os vegetais pode ser encontrada, embora o homem não esteja jamais excluído desse processo.

Uma característica importante do cultivo da terra era a organização tribal das sociedades antigas. Nelas, o produto e a terra tinham uma destinação coletiva, não havia donos da terra, até porque, de tempos em tempos, a tribo mudava de local para permitir o descanso da terra.

Com o advento da civilização e, com ela, da propriedade privada, muita coisa nas relações humanas mudou. Por exemplo:

- as terras mais férteis passaram a gerar excedentes de produção que serviram para aumentar a população;
- o avanço tecnológico reduziu a necessidade de pessoas no campo e foram construídas as primeiras cidades;

- as terras passaram a ter donos;
- a força, especialmente das armas, passou a ser importante para a sobrevivência e a guerra se tornou uma atividade de grande importância.

Nesse processo, a mulher, fragilizada especialmente nos seus períodos de gravidez e criação dos pequenos filhos, passou a necessitar de proteção, vindo a exercer atividades mais internas ao lar, como a tecelagem. Como não poderia deixar de ser, à medida que passa a depender do homem, seu valor vai diminuindo, até que ela é vista como uma espécie de propriedade do senhor-marido, que tem sobre ela direito de vida e de morte. Assim, a medida de seu valor passa a ser a obediência e a submissão.

Esta história, tão antiga como a das primeiras civilizações, mostra como as relações patriarcais foram se consolidando e, até hoje, muitos consideram natural aquele papel de obediência e submissão colocado para a mulher. Porém, é preciso ter clareza que a mulher jamais assumiu este papel sem resistência. Durante toda a história, a luta para se libertar desta condição tem sido parte do processo das mulheres de todo o mundo para reencontrar sua identidade produtiva e ativa na sociedade.

Por outro lado, o mundo construído sob o império da força tem se mostrado insatisfatório mesmo para os homens. Não há mais proteção para ninguém e hoje estamos perto de um verdadeiro caos social e ambiental. As guerras e a violência proliferam por toda parte, a exploração de homens por homens gera situações insustentáveis, o individualismo exacerbado ameaça as relações humanas e a



violência contra a natureza ameaça a própria sobrevivência da espécie humana.

É neste contexto que o papel da mulher deve ser repensado. A ciência e a tecnologia nos permitem hoje enxergar a relação das mulheres com a gravidez e a maternidade por uma outra ótica. A marca dessas relações não é mais a dependência de um determinado parceiro masculino. A própria sociedade é capaz, onde há vontade política, de oferecer às mulheres condições para que possam ter e criar seus filhos sem que para isso devam abrir mão de suas vidas próprias e produtivas. Além disso, o papel do homem deixou de ser apenas o de provedor das necessidades básicas. Hoje é dele também a responsabilidade pelos cuidados básicos com as crianças.

A mulher do campo não é diferente das mulheres da cidade. Ela tem necessidades, desejos, capacidade produtiva. Muitas vezes trabalha lado a lado com o homem. Conhece bem as necessidades de sua família e é capaz de discutir a aplicação de recursos, especialmente daqueles que dizem respeito à sustentação e qualidade de vida de sua família.

Na luta pela melhoria da qualidade de vida das populações do campo, a mulher tem marcado presença nos sindicatos, associações e outros espaços. Suas bandeiras de luta dizem respeito à melhoria das condições de vida para todos e ao respeito aos direitos de cidadania básicos a que elas têm direito. Na luta pelo fortalecimento da agricultura familiar e pela reforma agrária a mulher marca sua presença. Como exemplo, podemos citar a Marcha das Margaridas realizada pela CONTAG em 2000, na qual mulheres agricultoras de todo o Brasil reuniram-se em Brasília para reivindicar menores juros nos empréstimos do PRONAF e acesso das mulheres ao crédito, entre outras bandeiras importantes.

Todavia, apesar dos avanços, ainda é grande a violência contra a mulher no campo. Violência que passa pelo abuso ao corpo, exploração no trabalho, ou mesmo aquela realizada dentro da própria família na qual a mulher trabalha com seus familiares, mas é privada do acesso aos recursos e da participação nas decisões que acabam ficando por conta dos homens.

Por tudo isso, é mais do que hora de se **repensar o papel da mulher no campo**, reconhecendo-se suas reais contribuições e atribuições, bem como, a sua importância.

Repensar o papel da mulher no campo é reencontrar a parceria inicial existente entre homem e mulher.

É restabelecer a sociedade no estabelecimento familiar, ampliando a qualidade das atividades, ouvindo e considerando as necessidades, desejos e análises femininas das situações.

É ser parceiro na luta por um mundo rural onde o apoio a criação dos filhos seja papel de toda a sociedade.

Isto implica em garantia de escolas, assistência médica, lazer, cultura, crédito para subsidiar as necessidades de consumo e manutenção das famílias no período entre safras e, sobretudo, respeito aos direitos de cidadania e participação social da mulher. É também papel da mulher lutar pelas causas sociais e participar do planejamento sustentável dos municípios. Sua presença em espaços como o CMDR, sindicatos e associações, bem como, na própria constituição do poder público tem se mostrado de extrema importância e precisa ser valorizada.

5

Desafios da agricultura familiar



Vários são os desafios que surgem para o agricultor familiar na atualidade. As questões aqui levantadas mostram algumas possibilidades e dificuldades a serem enfrentadas, para a construção de uma nova perspectiva que coloque a agricultura familiar na sua real dimensão, oferecendo ao agricultor o suporte necessário para isso.

Podemos resumir estes desafios em três grandes grupos:

1º Grupo: Planejamento do desenvolvimento e organização rural

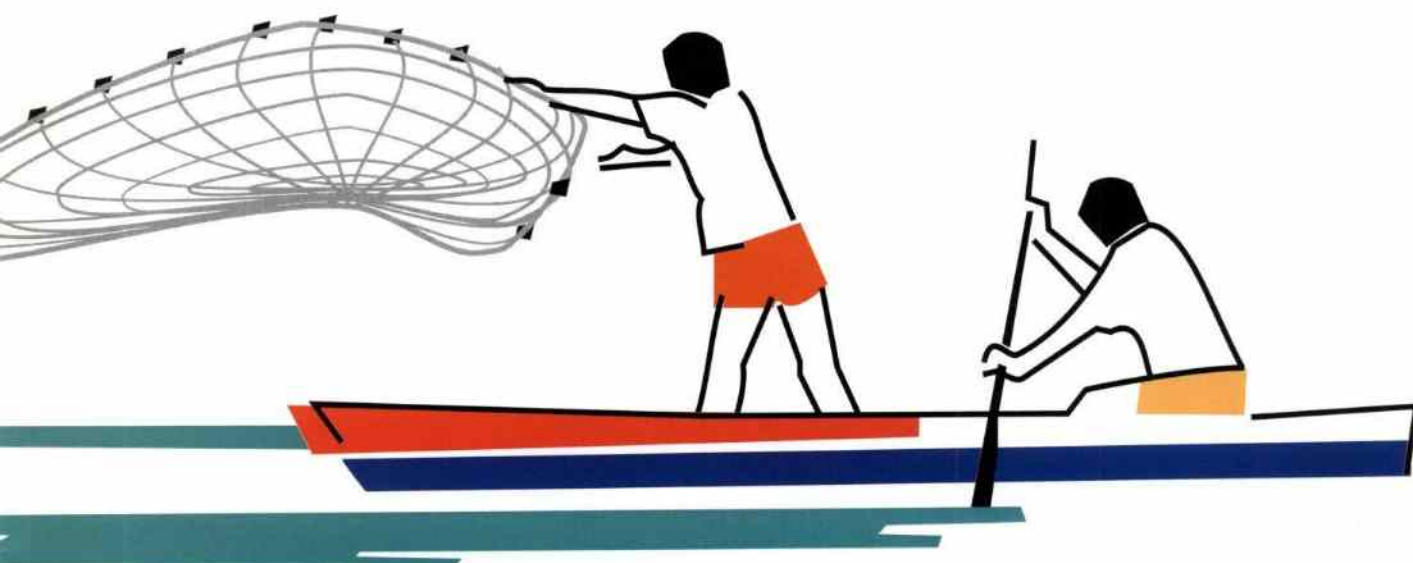
- assumir que a reforma agrária não termina na posse da terra;
- demonstrar a viabilidade econômica da agricultura familiar em cada região;
- dinamizar o processo de produção e comercialização;
- dinamizar o planejamento do desenvolvimento nos diversos níveis;
- articular os setores rural e urbano;
- resolver problemas imediatos que não têm solução individual, como o endividamento, promovendo a criação de formas alternativas de economia solidária;
- articular os aspectos técnico e social da extensão rural, para construção de projetos locais de desenvolvimento;

- incorporar outras atividades e papéis não agrícolas à unidade familiar, incorporando a força de trabalho excedente.

2º Grupo: Ocupação dos espaços políticos de participação, diálogo e reivindicação

- facilitar o diálogo e a pressão sobre bancos e órgãos públicos;
- participar dos espaços de definição das políticas públicas;
- dinamizar a participação das comunidades nos processos de construção do desenvolvimento, gerando mecanismos democráticos que garantam a todos a oportunidade de se expressar;
- incluir as etnias nos processos participativos;
- garantir a participação de todos os segmentos da comunidade, como mulheres, jovens e idosos.





3º Grupo: Educação e mudança cultural

- promover a mudança cultural por meio da educação;
- construir propostas de educação que respeitem a diversidade cultural e a pluralidade político-ideológica e religiosa;
- reforçar as propostas de educação voltadas para o fortalecimento do novo rural;
- valorizar o trabalho do campo;
- combater preconceitos, bem como, a discriminação;
- desenvolver a capacidade crítica e criativa para questionar a oferta de alternativas tradicionais para a produção;
- romper os preconceitos do agricultor e do extensionista em relação à agricultura alternativa;
- formar um novo perfil de extensionismo que não seja repassador de pacotes tecnológicos.



Bibliografia consultada

- ABRAMOVAY, R. (coord.). *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões*. Brasília: UNESCO, 1998.
- ACTIONAID BRASIL. *Comércio internacional, segurança alimentar e agricultura familiar*. Rio de Janeiro: Copyright, 2001.
- CONTAG. *Programa de formação de lideranças e técnicos em desenvolvimento local sustentável*. Brasília: CONTAG, 1999.
- CSEM. *Povos indígenas*. Brasília: CSEM, 2002. Ano 13, nº 46.
- GARCIA, A e PALMEIRA, M. "Rastros de casas grandes e de senzalas: transformações sociais no mundo rural brasileiro". In: SACHS, I. e WILHELM, J. S. (orgs.). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. p. 38-77.
- GIPAS. *Cartilha do desenvolvimento sustentável*. Candiru: Copyright, 2001.
- GUANZIROLI, C. et alli. *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- IEA. *Desenvolvimento rural*. São Paulo: IEA, 1987.
- INCRA. *Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil redescoberto*. Brasília: INCRA, 2000. Módulo 8.
- INCRA. *Reforma Agrária/Agricultura Familiar*. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária. INCRA: Campinas, 1995.
- INCRA/FAO/MPFDA. *Agricultura familiar em áreas de reforma agrária. Região Norte*. Brasília: INCRA/FAO/MPFDA, 2000.
- INCRA/FAO/MPFDA. *Agricultura familiar em áreas de reforma agrária. Região Sul*. Brasília: INCRA/FAO/MPFDA, 2000.
- INCRA/FAO/MPFDA. *Agricultura familiar em áreas de reforma agrária. Região Nordeste 1 e 2*. Brasília: INCRA/FAO/MPFDA, 2000.
- KLIKSBERG, B. *Repensando o Estado para o desenvolvimento social: superando dogmas e convencionalismos*. São Paulo: Cortez, 1998.
- LEONELLI, D. *Uma sustentável revolução na floresta*. São Paulo: Viramundo, 2000.
- LOPES, A. e BENZI, L. *A temática indígena na escola: novos subsídios para os professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.
- LOUSA, M^a T. *A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital*. São Paulo: Loyola, 1985. Coleção Educação Popular, nº 03.
- MALERBA, J. *Nossa gente brasileira: textos e atividades para o ensino fundamental*. Campinas: Papyrus, 2001.
- MDA, INCRA. *Balanço 1999. Reforma Agrária e Agricultura Familiar*. Brasília: MDA, INCRA, 2000.
- MOLINA, M. *A reforma agrária e o movimento dos trabalhadores rurais sem terra: a reinvenção do futuro*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.
- MOLLISON, B. *Introdução à Permacultura*. Brasília: MA/SDR/PNFC, 1998.
- NETO, P. C. "Extensão Rural e Agricultura Familiar". In: *Revista de Política Agrícola. Ministério da Agricultura e do Abastecimento*. Ano VII, nº 03, 1999.
- PATERNIANI, E. *Agricultura Brasileira e Pesquisa Agropecuária*. EMBRAPA: Brasília, 2000.
- PRONAF. *Cartilha do Pronaf Crédito*. Curitiba: PRONAF, 2000.
- PRONAF. *Municípios do Pronaf Infra-estrutura e serviços. Elementos característicos*. Recife: PRONAF, 2000.
- PRONAF. *Capacitação em Gestão Social para os Conselheiros Municipais de Desenvolvimento*. Módulo I. Brasília: Fundação Lyndolfo Silva, 2000.
- ROCHA, P. (org.). *Políticas Públicas Sociais: um novo olhar sobre o orçamento da União*. Brasília: INECS, 1995/1998.
- SINGER, P. e SOUZA, R. A. (orgs.). *Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.
- SOARES, A. C. "A Multiplicidade Familiar". In: *Revista Proposta*. Rio de Janeiro: Fase, 2000/2001. nº 87.
- UNB. "Consciência negra". In: *Humanidades*. Brasília: UNB, 1999. Número 47.
- VEIGA, J. E. *O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*. Brasília: FIPE/ IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001.
- VIOLA, E. et alli. *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 1995.



Ministério
do Desenvolvimento
Agrário



PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS
PARA O DESENVOLVIMENTO
PROJETO PNUD BRA 98/012